



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Pregão, na forma Eletrônica nº 001/2020-SECOM		Data de Abertura: 21/09/2020 às 09:30h no sítio www.gov.br/compras/pt-br	
Objeto			
Contratação de serviços de soluções de comunicação digital.			
Valor Total Estimado			
R\$ 8.723.047,09 (oito milhões, setecentos e vinte e três mil quarenta e sete reais e nove centavos)			
Local da Prestação do Serviço			
Brasília/DF			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento das propostas:
NÃO	NÃO SE EXIGE	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Exige Amostra?	Dec. nº 7.174/2010?
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Modo de Disputa			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO, nos termos do item 7.9 do edital.			
DESTAQUES			
<p>ATENÇÃO. A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos da Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações pelo endereço www.gov.br/compras/pt-br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “110319”**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020
Processo Administrativo n.º 00170.003838/2019-11

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, sediada no Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º Andar, em Brasília-DF, CEP 70.054-906, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 325, de 11 de novembro de 2019, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2019, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, nº 3, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **21/09/2020**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal- www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: **110319**

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de soluções de comunicação digital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço total por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110319

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 04.131.0032.2017.0001

Natureza de Despesa: 3390.39

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 03, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.8 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 É vedada ainda a contratação de empresas cujos sócios ou dirigentes tenham vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação (Acórdãos TCU 702/2016-P, 2057/2014-P, 1620/2013-P e 1160/2008-P).

4.3.2 Considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

5.1.1.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.1.1.2 Preços unitário e total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.1.1.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.1.1.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.1.1.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

5.1.1.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

5.1.1.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

5.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 descrição do objeto.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 05/2017);

6.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a

qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades.

7.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à ao Ministério da Economia;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, na forma do **subitem 8.9**, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.6 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do anexo VII-A, da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9 O Pregoeiro convocará o licitante para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação, e dos documentos complementares, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formalmente aceita pelo Pregoeiro, formulada antes de findo o prazo.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.9.4 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.9.5 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.9.5.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.9.5.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de

contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4.1 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

9.5 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no **subitem 5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 Habilitação jurídica:

9.8.1 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.5 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 Qualificação Técnica:

9.11.1 Comprovante de que executa/executou serviços de comunicação digital, de porte compatível em características, quantidades e prazos e especificidade dos serviços previstos nessa contratação, cujas atividades sejam iguais ou similares, às descritas nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços), de acordo com o item ao qual está concorrendo, preferencialmente nos últimos 4 anos.

9.11.1.1 Para fins de comprovação do **Item 1 - Monitoramento**, serão considerados como parcela relevante da Tabela de Produtos e Serviços (Anexo II do Termo de Referência – Anexo I do edital), os seguintes produtos/serviços:

- a) 1.1 - Alerta em tempo real de Monitoramento de Mídias Sociais;
- b) 1.2 - Relatório de Monitoramento de Mídias Sociais;
- c) 1.3 - Diagnóstico de impacto dos canais proprietários; e
- d) 1.5 - Relatório de análise de tema/ação e/ou campanha digital

9.11.1.2 Será considerada, para fins de comprovação de que trata o item 9.11.1.1, a execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos representados na Tabelas de Produtos e Serviços - Item 1 (Anexo II do Termo de Referência – Anexo I do edital) para cada um dos produtos/serviços citados.

9.11.1.3 As comprovações deverão fazer referência a prestação dos serviços descritos no item 9.11.1.1 ou equivalentes, podendo a empresa demonstrar a prestação de serviços voltados para análise de ferramentas de busca, tendências de pesquisas, ranqueamento de sites em buscadores, análise de ferramentas de *Search Engine Optimization* - SEO e ferramentas de *webanalytics*, bem como ter prestado serviços de monitoramento no contexto de mídias sociais (minimamente Facebook, Twitter e Instagram), por meio de APIs públicas e privadas para carga de dados, utilizando operadores lógicos/booleanos e/ou linguística de corpus, categorias, informações de sentimentalização, sensações e demais informações agregadoras, análise de conjuntura temática e estratégica, sendo necessária, ainda, experiência em análise de redes, análise de conjuntura política e de acompanhamento de políticas públicas, estando tais atividades e ferramentas associadas às entregas referentes às alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 9.11.1.1.

9.11.1.4 Para fins de comprovação do **Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital**, serão considerados como parcela relevante da Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Anexo III do Termo de Referência – Anexo I do edital), os seguintes produtos/serviços:

- a) 1.1 - Deploy;
- b) 1.2 - Desenvolvimento de soluções digitais;
- c) 1.3 - Base de dados; e
- d) 1.7 - Front-end Desenvolvimento de interface client side.

9.11.1.5 Será considerada, para fins de comprovação de que trata o item 9.11.1.4, a execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos representados na Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Anexo III do Termo de Referência – Anexo I do edital)) para cada um dos produtos/serviços citados.

9.11.1.6 As comprovações deverão fazer referência a prestação dos serviços descritos no item 9.11.1.4 ou equivalentes, podendo a empresa demonstrar a prestação de serviços voltados para o desenvolvimento de soluções de aprimoramento da comunicação digital com o uso de novas tecnologias disponíveis no mercado e a execução de serviços de tecnologia relacionados ao desenvolvimento de soluções digitais, envolvendo HTML/HTML5, CSS/CSS3, Javascript, programação em Python/Plone e outros CMS. Deverá ainda apresentar comprovação de experiência em desenvolvimento e gestão e base de dados, *webservices*, *Visual Business Intelligence*, e implementação de unidade de atendimento virtual (*chatbot*), estando tais atividades e ferramentas associadas às entregas referentes às alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 9.11.1.4.

9.11.2 A comprovação será feita por meio de apresentação de declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, distintas uma da outra.

9.11.3 A(s) declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) deverão mostrar, clara e inequivocamente, a capacidade de atendimento aos requisitos estabelecidos, preferencialmente:

9.11.3.1 Identificação do emissor do atestado, incluindo razão social, nome e cargo do responsável, CNPJ, endereço completo e telefones;

9.11.3.2 Data de vigência da prestação dos serviços;

9.11.3.3 Identificação da satisfação do emissor do atestado com relação ao(s) serviço(s) executado(s);

9.11.3.4 Montante do orçamento anual (valor do contrato anual) que as declarantes possuem/possuíam à época da prestação dos serviços de comunicação digital, de caráter meramente informativo, com vistas a verificar o porte financeiro da contratação, bem como a dimensão dos esforços de comunicação digital implementados pela licitante.

9.11.4 Fica vedada a apresentação de comprovantes relacionados à prestação de serviços de comunicação digital executados para a CONTRATADA ou emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da licitante.

9.11.4.1 São considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, as empresas de marketing digital controladas ou controladoras de uma mesma empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio de empresa ou agência de promoção e eventos da licitante.

9.11.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 05/2017.

9.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as

exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.2 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

14.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

14.3.2 Declaração de que não se enquadra nas vedações previstas no subitem 4.3 deste edital, conforme modelo - **Anexo III**. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - **Anexo IV** deste edital.

14.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

14.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no termo de referência e no instrumento contratual.

14.6 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.6.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.6.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

15. DO REAJUSTE

15.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1 As regras acerca do pagamento do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

19.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2 apresentar documentação falsa;

19.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5 não mantiver a proposta;

19.1.6 cometer fraude fiscal;

19.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

19.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato.

19.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

19.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no **subitem 19.1** ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

19.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

19.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

19.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl@presidencia.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

20.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico cpl@presidencia.gov.br.

20.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras/pt-br e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes>, e também poderá ser obtido na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 215, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

21.12.1.1 Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

21.12.1.2 Anexo II - Tabela de Produtos e Serviços - Item 1 (Monitoramento);

21.12.1.3 Anexo III - Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital);

21.12.1.4 Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

21.12.1.5 Anexo V - Modelo de Proposta;

21.12.1.5.1 Apêndice I - Proposta Item 1 (Monitoramento);

21.12.1.5.2 Apêndice II - Proposta Item 2 (Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital);

21.12.1.6 Anexo VI - Planilha de Preços Máximos Aceitos;

21.12.1.7 Anexo VII - Declaração de Ciência; e

21.12.1.8 Anexo VIII - Termo de Confidencialidade e Sigilo.

21.12.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;

21.12.3 ANEXO III – Declaração que não mantém familiar;

21.12.4 ANEXO IV – Declaração de optante pelo Simples Nacional

21.12.5 ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 04 de setembro de 2020

Guilherme Paiva Silva
Pregoeiro – Presidência da República

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020

PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de soluções de comunicação digital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	QTDE	PREÇO TOTAL
1	Monitoramento	22870	1	R\$ 6.287.433,26
2	Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital	24988	1	R\$ 2.435.613,83

**Os preços estimados da tabela acima serão considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.*

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, conforme dispõe o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002 e o inciso II do art. 3º do Decreto nº 10.024, de 2019.

1.3 Os quantitativos, especificações, detalhamento e respectivos códigos dos produtos e serviços que compõem os itens acima descritos são os discriminados nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços) deste Termo de Referência.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução indireta, empreitada por preço unitário.

1.5 O contrato terá vigência inicial por um período de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.5.1 Os produtos e serviços constantes do objeto, serão prestados de forma contínua à vista de sua essencialidade para o pleno funcionamento das atividades finalísticas da CONTRATANTE.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM é o órgão responsável pela formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social e pela coordenação e consolidação da comunicação governamental em seus canais próprios de comunicação.

2.2 É ainda, o órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - SICOM, responsável pela definição de diretrizes para a comunicação digital nos sítios e portais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

2.3 Além de tais atribuições constantes do Decreto nº 9.980, de 2019 e do Decreto nº 6.555, de 2008, respectivamente, o Decreto nº 9.756, de 2019 conferiu à SECOM, tendo em vista a instituição do portal único 'gov.br', a competência para coordenar e consolidar os portais governamentais na internet, sob o domínio "gov.br".

2.4 Tendo por base tais justificativas, a presente contratação objetiva atender a demandas da SECOM no desenvolvimento das atividades relacionadas à soluções de comunicação digital e monitoramento de redes.

2.5 Dada a relevância da comunicação digital nos dias atuais, a SECOM, com vistas ao atingimento dos objetivos de comunicação, demanda serviços para o desenvolvimento de plataformas/tecnologias digitais que permitam tornar os conteúdos produzidos acessíveis a toda sociedade.

2.6 Importante ressaltar que o objetivo da presente contratação também se funda na seguinte premissa: os canais digitais simplificam a relação do cidadão com o Estado, representando ferramenta essencial para a publicidade de atos do governo federal com agilidade e assertividade. Deste modo, essa interação permitirá que os cidadãos tenham acesso às informações de orientação, às políticas públicas, bem como à prestação de contas por meio de divulgação transparente e acessível em diversos formatos e meios.

2.7 A realização de ações integradas de comunicação digital - contemplando o desenvolvimento de soluções e o monitoramento de redes - está diretamente relacionada à Estratégia de Governança Digital do Governo Federal – EGD, que tem como objetivo transformar o governo pelo uso de tecnologias digitais, promovendo a efetividade das políticas e a qualidade dos serviços públicos, reconquistando a confiança dos brasileiros.

2.8 Destaca-se também a vinculação desta contratação ao Planejamento Estratégico do órgão, especificamente no tocante à relação entre sociedade e governo quando da comunicação das ações governamentais de forma transparente, rápida e acessível. Neste ponto, busca-se os seguintes resultados institucionais: i) unicidade na comunicação do Governo Federal; e ii) ampliação do alcance da divulgação das pautas positivas do Governo Federal.

2.9 Para atender a toda essa demanda, a SECOM utiliza a prestação de serviços por meio de execução indireta, na qual as empresas contratadas prestam serviços de desenvolvimento de soluções de comunicação digital. É por meio de contratação de empresas de mercado que a SECOM mantém seus canais digitais ativos para levar ao cidadão serviços e informações de interesse público.

2.10 Assim, dada a constante evolução do meio digital, e a contínua mudança da forma como a população se comporta diante desses novos formatos e canais, torna-se imprescindível que a execução de ações de comunicação digital seja feita por profissionais de mercado com conhecimento e formação específicos, haja vista a inexistência nas carreiras profissionais da Administração Pública federal de servidores com tais qualificações ou mesmo com acesso à capacitação contínua nessa disciplina.

2.11 Desta maneira, a necessidade da presente contratação para prestação de serviços de comunicação digital não só se justifica, como também se apresenta como indispensável para a atuação do governo junto à sociedade, no âmbito do desenvolvimento das competências institucionais da SECOM.

2.12 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I), especificamente no Item 7, abrange a prestação de serviços de monitoramento de redes sociais, em assuntos importantes e estratégicos de governo, e de desenvolvimento de soluções em comunicação digital.

3.2 As soluções almejadas contemplam, ainda, a otimização de informações e a interação com público de interesse por meio de ferramentas automatizadas, de modo a prestar informações uniformes, minimizando o risco operacional associado a interação.

3.3 Para além dessas atividades a CONTRATADA deverá possuir capacidade operacional e técnica adequadas e, de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de microcomputadores, softwares, ferramentas tecnológicas, de inteligência artificial e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução dos produtos e serviços constantes dos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços) deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Para atendimento das necessidades da CONTRATANTE e para atuação efetiva na comunicação integrada do Governo Federal - na ferramenta comunicação digital - as licitantes deverão possuir expertise técnica para a execução - de pelo menos - um dos dois itens desta licitação, ou seja, possuir capacidade plena de executar serviços de monitoramento e/ou desenvolvimento de soluções de comunicação digital. A licitante, portanto, deve ser capaz de executar todos os serviços constantes do(s) item(ns) da licitação para o qual possui interesse em concorrer.

5.1.1 Como requisito necessário ao atendimento da necessidade, é imprescindível que as licitantes compreendam o vulto da CONTRATANTE e seu papel na prestação de serviços públicos, cujo objetivo principal é o de informar os cidadãos sobre as ações e políticas públicas do Poder Executivo Federal.

5.2 Para o atendimento do subitem anterior a CONTRATADA deverá:

- a) ser capaz de operacionalizar e executar os serviços, bem como entregar os produtos demandados, conforme estabelecido pela CONTRATANTE;
- b) possuir nível especializado na prestação de serviços de monitoramento e/ou desenvolvimento e execução de soluções de comunicação digital;

- c) possuir experiência comprovada em ações de comunicação digital e atuar no mercado nacional;
- d) possuir capacidade operacional que contemple perfis profissionais com comprovada capacidade técnica e experiência na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, bem como observar as diretrizes estabelecidas em documentos correlatos, vinculadores da presente contratação;
- e) ter a capacidade de elaborar escopos funcionais, escopo técnico de TI, diagnósticos de TI, programar em CMS variados, incluindo Plone, criação de banco de dados e demais atividades inerentes à Tecnologia da Informação, no caso de prestação de serviços constante do Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital;
- f) ter experiência comprovada em gestão de perfis em redes sociais, monitorando, analisando, classificando e executando ações como redação e publicação de resposta e interação;
- g) possuir, no tocante à execução dos serviços constantes do Item 1 - Monitoramento desta licitação, perfis profissionais capacitados e ferramentas adequadas ao porte da CONTRATANTE para realizar, de maneira tempestiva, o acompanhamento sistemático de assuntos de interesse do Governo Federal, analisando os dados coletados e disponibilizando as informações em painéis customizáveis e relatórios e a interação com os usuários de forma otimizada e qualificada, levando em consideração o volume de informações dos perfis geridos pela CONTRATANTE, bem como o volume de temas/dados relevantes, sugeridas pela CONTRATADA ou definidas pela CONTRATANTE;

5.3 Os serviços contemplados no escopo do objeto, possuem natureza contínua, à vista de sua essencialidade para a CONTRATANTE, pois visam atender necessidade pública de forma permanente, de modo a assegurar o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, uma vez que sua interrupção pode comprometer a prestação de serviço público e o cumprimento da missão institucional.

5.4 A(s) licitante(s) vencedora(s) deverão respeitar as normas e princípios ambientais, trabalhando sempre para minimizar ou mitigar efeitos de possíveis danos ao meio ambiente. Para tanto, a empresa deve se valer de tecnologias e materiais ecologicamente corretos e que prezem a sustentabilidade, observar, no que couber, os critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010 e no Decreto nº 7.746, de 2012 e adotar boas práticas de otimização de recursos e redução de desperdícios.

5.5 O(s) contrato(s) firmados a partir desta licitação terão duração inicial de 12 (doze) meses e poderão ser prorrogados nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.6 A(s) licitante(s) vencedora(s) da presente licitação, deverão ser capazes de executar os produtos e serviços constantes do objeto a partir da assinatura do termo contratual ou de acordo com o prazo estabelecido no subitem 6.1.1 deste Termo de Referência.

5.7 Diante das características e pela essencialidade dos serviços à CONTRATANTE, há a necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, relacionada ao desenvolvimento das soluções adotadas no decurso do contrato, de forma com a mitigar riscos de descontinuidade de serviços e de dependência técnica integral pela CONTRATANTE, tornando-a apta, no que couber, a dar continuidade aos serviços disponibilizados com certa autonomia.

5.8 Quando da assinatura do Termo de Contrato, a CONTRATADA deverá assinar Declaração de Ciência, Anexo VII deste Termo de Referência, na qual declara possuir pleno conhecimento das condições necessárias à prestação dos serviços.

5.9 As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE estão previstas nos Itens 9 e 10 deste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 O prazo para início da execução dos itens constantes do objeto é de até 5 (cinco) dias corridos, a partir da assinatura do contrato, quando a configuração inicial das ferramentas necessárias à execução dos serviços deverá estar pronta.

6.1.2 A execução contratual dar-se-á por meio da prestação de serviços de comunicação digital, relacionados ao objeto do contrato, mediante demanda prévia pela CONTRATANTE, via Ordem de Serviço (OS), em sistema próprio de execução. O detalhamento de todo o processo de execução via Ordem de Serviço constará formalizado em Manual de Procedimentos editado pela CONTRATANTE, que, por sua vez, também vincula a CONTRATADA.

6.1.2.1 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, atualizar os procedimentos de execução das ações de comunicação digital, com vistas a garantir maior eficiência processual e redução de riscos operacionais, dando ciência à CONTRATADA das alterações por meio da disponibilização de nova versão do Manual de Procedimentos e de possíveis alterações nas funcionalidades do sistema de execução.

6.1.3 Para a execução, a CONTRATADA deve, obrigatoriamente, possuir quantitativo suficiente de perfis profissionais, além de estrutura administrativa habilitada, que deverá estar disponível para o cumprimento e execução dos produtos e serviços, objeto da contratação, e que excepcionalmente poderão ser requisitados para alocação, nas dependências da CONTRATANTE, de forma a atender as demandas com a qualidade e prazo exigidos.

6.1.3.1 A execução pela CONTRATADA de produtos e serviços nas dependências da CONTRATANTE resulta da necessidade de maior proximidade entre as equipes, garantindo tempestividade de resposta, alinhamento contínuo de questões técnicas e atendimento contínuo, não passíveis de serem prestados à distância pela CONTRATADA.

6.1.4 A CONTRATANTE poderá solicitar, sempre que julgar necessário, a presença de profissionais que compõem a estrutura de atendimento do contrato, em reuniões de ponto de controle/alinhamento, em Brasília-DF, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE.

6.1.5 Será de responsabilidade da CONTRATADA, para a plena execução dos serviços, prover a infraestrutura como espaço físico e mobiliário, se for o caso, bem como a infraestrutura necessária de equipamentos e suprimentos, constituída de microcomputadores, softwares, equipamento de videoconferência, ferramentas tecnológicas e demais recursos, de forma a garantir a perfeita execução dos produtos e serviços definidos neste Termo de Referência.

6.1.6 A CONTRATADA deverá, durante toda a execução contratual, prezar pela responsividade, tempestividade e qualidade dos serviços prestados, sendo essas

características consideradas essenciais para avaliação do desenvolvimento do contrato e das entregas realizadas.

6.2 Para a execução das atividades constantes do Item 1 - Monitoramento e para suporte da execução dos serviços constantes do Item 2 - Soluções de Comunicação Digital, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe de atendimento em regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), não limitando-se a essas, a depender do desenvolvimento contratual.

6.2.1 A CONTRATADA deverá, para as atividades que assim exigirem, prever escalas de trabalho para a equipe que atuará na execução dos demais serviços, de maneira a cobrir integralmente a necessidade de atendimento acordada com a CONTRATANTE.

6.2.2 A CONTRATADA deverá observar os prazos de entrega de cada um dos produtos listados nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços) podendo ser acordado entre as partes o tempo de atendimento e respostas (*timing*) para cada serviço prestado.

6.2.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar o acesso para abertura de chamados de suporte técnico, para as soluções de tecnologia implementadas, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias da semana, incluindo feriados (24x7x365).

6.2.4 A CONTRATADA deverá observar, mormente com relação à execução do Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital, que toda solução tecnológica entregue deverá ser acompanhada pela documentação completa do desenvolvimento bem como de guia de implementação, conforme exigido no descritivo respectivos produtos e serviços constantes dos Anexo III (Tabela de Produtos e Serviços).

6.2.5 A execução de qualquer produto, serviço ou despesa que envolva o desembolso de recursos deverá ser prévia e expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

6.2.6 As entregas realizadas pela CONTRATADA deverão ser ajustadas, sem custo adicional ao CONTRATANTE, até que estejam adequadas ao atendimento pleno da demanda e compatíveis com a qualidade e o desempenho esperados, sendo essas as condições para aprovação pelo CONTRATANTE.

6.2.7 Não serão aceitos como entregáveis completos soluções entregues ainda com vícios de execução apenas para cumprimento de prazos.

6.2.8 As soluções de comunicação digital, agrupadas entre si e/ou customizadas pelas CONTRATADAS, deverão sempre considerar a viabilidade de manutenção e evolução futura, seguindo critérios de usabilidade e acessibilidade dos ambientes digitais disponíveis no mercado e as restrições técnicas, bem como prévia autorização estabelecidas pelo CONTRATANTE.

6.3 As tecnologias citadas nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços), são referenciais e não esgotam todas as possibilidades de utilização, devendo assim serem consideradas as tecnologias mais atuais e em consonância com as possibilidades de utilização da CONTRATANTE, visando garantir melhor configuração técnica da solução apresentada pela CONTRATADA.

6.4 A CONTRATADA poderá, desde que mantido o alinhamento com as estratégias de comunicação da CONTRATANTE, propor soluções de comunicação digital de sua iniciativa, submetendo-a à análise de conveniência e oportunidade de implementação pela CONTRATANTE.

6.5 A CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu juízo, utilizar ou não a totalidade dos recursos destinados à execução do contrato, sendo esse executado mediante demanda.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1 Após a assinatura do Instrumento Contratual a CONTRATANTE nomeará gestor e fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

7.2 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem, em regra, ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendem a mensuração dos seguintes aspectos:

7.3.1 Os resultados alcançados em relação aos produtos e serviços demandados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada; e

7.3.2 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

7.4 A CONTRATADA deverá designar formalmente Preposto, antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, que será o responsável pelas soluções de problemas de natureza técnica e administrativa, de forma direta, com vistas a garantir a melhor intermediação com a CONTRATANTE.

7.4.1 O perfil definido para exercer o encargo de Preposto deverá atuar em caráter permanente, podendo ser solicitada, quando necessário, sua alocação nas dependências da CONTRATANTE para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 A CONTRATANTE utilizará o Instrumento de Medição de Resultados - IMR, disposto no Anexo IV deste Termo de Referência, para avaliar a qualidade de cada serviço prestado.

7.5.1 O IMR é composto por critérios específicos, que constituem indicadores mínimos de qualidade, a serem observados pela CONTRATADA durante a execução de cada produto e serviço e que serão utilizados pela CONTRATANTE para avaliar a qualidade dos entregáveis.

7.5.2 O pagamento dos produtos e serviços efetivamente prestados estará vinculado aos resultados alcançados pela CONTRATADA após a aplicação do IMR pela CONTRATANTE.

7.5.3 As adequações de pagamento dos serviços prestados, originadas do IMR, não se confundem e não prejudicam a aplicação das sanções administrativas, previstas no Item 18 - Sanções Administrativas deste Termo de Referência.

7.6 As atividades a serem desempenhadas pela CONTRATADA na execução de cada produto e serviço estão descritas nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços), bem como aspectos importantes da execução, prazo e forma de entrega.

7.7 Além da utilização do IMR para aferição da qualidade dos serviços prestados, a CONTRATADA se submeterá a avaliação de desempenho quanto ao desenvolvimento do objeto e o cumprimento diligente do contrato.

7.7.1 A avaliação de desempenho será considerada pela CONTRATANTE para:

7.7.1.1 Apurar a necessidade de solicitar da CONTRATADA correções que visem maior qualidade no desenvolvimento contratual;

7.7.1.2 Decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; e

7.7.1.3 Fornecer, quando solicitado pela CONTRATADA, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes peculiaridades e características:

8.1.1 A execução do objeto da presente contratação mostra-se complexa, em razão das competências e atribuições conferidas à CONTRATANTE, da sua missão institucional e das experiências pretéritas em atendimento das demandas de comunicação digital, porquanto, deve, a licitante levar em consideração, para a apresentação de sua proposta, a estratégia institucional da CONTRATANTE e o seu porte;

8.1.1.1 A CONTRATANTE, é responsável pela formulação e implementação da política de comunicação e divulgação social, pela coordenação, consolidação e gestão da comunicação governamental em seus canais próprios e, dentre outras, pela produção de conteúdos para canais próprios de comunicação digital nos portais e redes por ela mantidos. Tais atribuições constam do art. 20 no art. 33 do Decreto nº 9.980, de 2019.

8.1.1.2 Além das competências previstas na estrutura organizacional, o Decreto nº 6.555, de 2008, confere à CONTRATANTE a atribuição de planejar, desenvolver e executar ações de comunicação, incluídas as ações no meio digital e, ainda, definir diretrizes para a comunicação digital nos sítios e portais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

8.1.1.3 A licitante deverá observar o disposto nos subitens 8.1.1.1 e 8.1.1.2, de modo a entender o porte da CONTRATANTE, bem como possuir capacidade para executar os serviços imediatamente a assinatura do termo contratual ou de acordo com os termos dispostos no subitem 6.1.1.

8.2 As necessidades da CONTRATANTE em relação ao objeto pretendido, tem como premissa as seguintes características:

8.2.1 Atendimento tempestivo, responsivo e de qualidade no que se refere a execução integral do contrato, durante a sua vigência e no momento de transição contratual;

8.2.2 Prestação de informações completas à CONTRATANTE a respeito de todo e qualquer serviço ou projeto em andamento ou encerrado;

8.2.3 Garantia da Segurança da Informação, sendo vedada a reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que a CONTRATADA e seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio da CONTRATANTE;

8.2.4 Necessidade de atendimento 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) de determinadas atividades, conforme subitem 6.2 deste Termo de Referência, e necessidade de prever escalas de trabalho da equipe, que cubram integralmente a necessidade de atendimento acordada com a CONTRATANTE; e

8.2.5 Disponibilização de Plano de Contingência para atividades identificadas como críticas, em caso de necessidade de mudança intempestiva no formato do processo de trabalho, por motivos de força maior.

8.3 Os preços apresentados para execução de quaisquer produtos ou serviços são da exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe cabendo pleitear nenhuma alteração posterior, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.4 No tocante à execução do **Item 1 - Monitoramento**, para o correto dimensionamento da proposta, as licitantes deverão observar, especialmente, os seguintes aspectos:

8.4.1 A aquisição, gestão e/ou desenvolvimento de ferramentas, APIs ambientes computacionais na internet e softwares, essenciais à execução plena dos serviços, é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

8.4.2 A configuração inicial (*setup* inicial) de ferramentas de monitoramento, deverá ser realizada pela CONTRATADA - tendo como prazo limite o estabelecido no subitem 6.1.1 deste Termo de Referência - a partir de um *briefing*, no qual a CONTRATANTE esclarecerá o objetivo de monitoramento, as necessidades de acompanhamento e as principais questões para o início do desenvolvimento da atividade operacional, bem como poderá disponibilizar base de dados bruta – podendo conter parâmetros gerais e específicos, a exemplo: palavras-chaves, *queries* utilizando operadores lógicos/booleanos e/ou linguística de corpus, categorias, informações de sentimentalização e demais informações agregadoras.

8.4.2.1 A finalidade é que, a partir das informações disponibilizadas, a CONTRATADA tenha possibilidade de desenvolver relatórios e análises iniciais já na primeira semana de trabalho, evoluindo documentações e produtos de forma sistemática e veloz para o pleno desenvolvimento de produtos e serviços auxiliando a CONTRATANTE na avaliação de cenários e no acompanhamento de informações no contexto da comunicação digital.

8.4.3 A execução e a comprovação dos serviços de monitoramento têm característica contínua (24x7x365). É necessário haver celeridade em alertas de assuntos de interesse, e assertividade em análises, projeções e sugestões, contemplando as especificidades descritas para cada um dos serviços agrupados no Item.

8.4.4 Todos os dados, informações, parâmetros, categorizações, configurações e demais informações relacionadas ao monitoramento de redes sociais deverão estar disponíveis para acesso da CONTRATADA durante toda a execução contratual, devendo-se sempre observar o disposto no Item 11 deste Termo de Referência, acerca da transferência de conhecimento.

8.4.5 A equipe de perfis profissionais disponibilizado pela CONTRATADA para o atendimento do Item 1 - Monitoramento, deverá possuir qualificação técnica adequada, de maneira a atender satisfatoriamente as exigências descritas para cada um dos serviços, bem como ser configurada em quantidade adequada ao atendimento das demandas.

8.4.5.1 Deve-se considerar a multidisciplinaridade na composição de equipe técnica, a fim de que todas as expectativas e necessidades apresentadas pela CONTRATANTE sejam atendidas com eficiência. A exemplo, pode-se citar o trabalho articulado entre profissionais de comunicação social, ciências sociais e ciências exatas.

8.5 Em relação à execução do **Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital**, para o correto dimensionamento da proposta, as licitantes deverão observar, especialmente, os seguintes aspectos:

8.5.1 É necessária a disponibilização dos códigos fonte comentados para facilitar a transferência de conhecimento, a manutenção e garantir a autonomia da CONTRATANTE.

8.5.2 A CONTRATADA deverá aplicar, obrigatoriamente, testes de Controle de Qualidade (QC) x Garantia de Qualidade (QA), em cada etapa do desenvolvimento, para as soluções desenvolvidas no escopo do contrato.

8.5.3 É indispensável a utilização de *framework* atualizado e banco de dados homologados pela Diretoria de Tecnologia da Secretaria-Geral da Presidência da República - DITEC/SA/SG/PR, de maneira a garantir a segurança do projeto e/ou minimizar seus riscos.

8.5.4 É necessário acompanhar e prestar suporte técnico local, no ambiente de produção da CONTRATANTE, para a instalação inicial da solução digital.

8.5.5 Em desenvolvimento de site ou portal, incluir no código fonte *script* de estatística indicado pela Diretoria de Tecnologia da Secretaria-Geral da Presidência da República - DITEC/SA/SG/PR.

8.5.6 A disponibilização de suporte técnico para as soluções de comunicação implementadas tem característica contínua (24x7x365), sendo necessário haver celeridade nos atendimentos a ocorrências reportadas, bem com na solução das mesmas.

8.6 A contratação de ferramentas de tecnologias proprietárias, softwares e afins, destinada a plena execução dos serviços, seja do item 1 ou 2, deverá ser satisfeita pela CONTRATADA, e não acarretará ônus a CONTRATANTE, nem tampouco acarretará remuneração à CONTRATADA pela intermediação e supervisão de sua implementação, à vista de que são indispensáveis à perfeita execução do objeto contratual, durante a vigência da contratação.

8.7 No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA apresentará comprovação de que possui em seu quadro de funcionários, equipe técnica responsável pela execução dos serviços representada, no mínimo, pelos seguintes perfis profissionais:

Perfil Profissional	Comprovação de Experiência	Comprovação de Formação
Item 1 - Monitoramento		
Diretor de atendimento	Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em tratamento e análise de dados para meios digitais e/ou monitoramento no contexto de mídias sociais.	Graduação em Marketing ou Publicidade e Propaganda ou Administração ou Tecnologia da Informação ou Jornalismo ou Comunicação Social ou Ciências Exatas ou Ciências Sociais, ou áreas afins. Desejável: pós-graduação, mestrado ou doutorado nas referidas áreas de formação.
Profissional de BI (<i>Business Intelligence</i>)	Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em pesquisas de mercado, tratamento e análise de dados para meios digitais, experiência comprovada em análise de ferramentas de busca, tendências de pesquisas e proposições para melhorias no posicionamento de sites nos buscadores, com experiência comprovada em análise de ferramentas de Search Engine Optimization - SEO e ferramentas de webanalytics.	Graduação em Marketing ou Publicidade e Propaganda ou Administração ou Tecnologia da Informação ou Jornalismo ou Comunicação Social ou Ciências Exatas ou Ciências Sociais, ou áreas afins.
Profissional de monitoramento de redes	Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em monitoramento no contexto de mídias sociais, utilizando análise de conjuntura temática e estratégica.	Pelo menos 1 profissional com Graduação em Ciências Sociais ou Ciências Políticas ou Estatística, ou áreas afins. Demais profissionais: Graduação em Ciências Sociais ou Ciências Políticas ou Estatística ou Comunicação Social ou

	Desejável: experiência em análise de redes, análise de conjuntura política e de acompanhamento de políticas públicas.	Economia ou Letras ou Marketing ou Publicidade e Propaganda ou Administração ou Tecnologia da Informação ou Jornalismo, ou áreas afins.
Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital		
Diretor de atendimento	Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em desenvolvimento de sites e soluções de TI para comunicação.	Graduação em Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação ou Sistemas de Informação ou Engenharia da Computação, ou áreas afins. Desejável: pós-graduação, mestrado ou doutorado nas referidas áreas de formação.
Profissional de desenvolvimento de TI	Experiência comprovada, de no mínimo 3 (três) anos, em desenvolvimento de sites e soluções de TI para comunicação.	Graduação em Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação ou Sistemas de Informação ou Engenharia da Computação, ou áreas afins.

8.7.1 Para a plena execução dos produtos e serviços, as atividades a serem desenvolvidas pelo perfil profissional de Diretor de Atendimento, devem ser realizadas de Brasília - DF.

8.7.2 Para todos os perfis profissionais, é esperada a aderência da experiência profissional e formação acadêmica ao objeto da contratação, conforme tabela acima, devendo a CONTRATADA apresentar meios de comprovação da qualificação mínima estabelecida para cada perfil, no prazo mencionado no subitem 8.7.

8.7.2.1 A exigência de comprovação de experiências, descritas nos perfis da tabela do subitem 8.7, é condição indispensável para a comprovação de capacidade técnica e operacional da CONTRATADA, tendo em vista o nível de complexidade elevado das demandas consignadas à CONTRATANTE no cumprimento de sua missão institucional. Ademais, dada a constante evolução do meio digital, e a contínua mudança da forma como a população se comporta diante desses novos formatos e canais, torna-se imprescindível que a execução de ações de comunicação digital seja feita por profissionais de mercado com conhecimento e formação específicos, haja vista a inexistência nas carreiras profissionais da administração pública federal de servidores com tais qualificações ou mesmo com acesso à capacitação contínua nessa disciplina.

8.7.2.2 As características dos produtos e serviços ora descritos não se apresentam incongruentes ou infactíveis, frente ao crescimento, expertise e alcance do mercado digital, tampouco frustram o caráter competitivo, mas buscam sobretudo preservar as características singulares, necessárias e imprescindíveis às exigências da CONTRATANTE.

8.7.2.3 As exigências são requisitos fundamentais para espelhar o nível das demandas com as quais a CONTRATANTE lida diariamente e é submetida a atender em prol do interesse público, não configurando requisitos impeditivos à competitividade do certame.

8.7.2.4 Os anos de experiência comprovada exigidos no item 8.7 se baseia na experiência fática encarada durante a execução dos contratos de prestação de serviços de comunicação digital pela SECOM, quando ficou evidente que a falta de

experiência prática dos profissionais foi (e é) fator determinante para a qualidade do material entregue.

8.7.3 A CONTRATADA é responsável por disponibilizar o quantitativo de profissionais necessários ao pleno atendimento das demandas e ao perfeito cumprimento do objeto contratual.

8.7.4 A infraestrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados ao CONTRATANTE são de responsabilidade da CONTRATADA.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, de forma preventiva, rotineira e sistemática, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3 Notificar à CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, se for o caso, e certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

9.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições pactuadas estabelecidas neste Termo de Referência.

9.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber em conformidade com o item 6, Anexo XI, da IN nº 05/2017.

9.6 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

9.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao Preposto ou responsáveis por ela indicados, exceto quando a execução do produto e/ou serviço assim exigir;

9.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;

9.6.3 considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão.

9.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos produtos e serviços objeto do contrato.

9.8 Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

9.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.12 Comunicar à CONTRATADA as orientações acerca dos produtos e serviços.

9.13 Solicitar relação de nominal de funcionários da CONTRATADA, caso haja necessidade de prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE.

9.14 Aplicar o Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV), de modo a aferir a qualidade dos serviços executados e redimensionar o valor a ser pago à CONTRATADA nos casos de prestação de serviços com qualidade inferior a demandada.

9.15 Exigir da CONTRATADA, no que couber, a transição gradual de conhecimento, durante a execução contratual, ao corpo técnico da CONTRATANTE contemplando transferência, tecnologia utilizadas e técnicas empregadas na execução dos produtos e serviços, bem como a transferência total, nos termos acordados entre as partes, conforme disposto no Item 11 deste Termo de Referência.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

10.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de recursos empregados de forma indevida ou equivocada.

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE.

10.4 Utilizar equipe técnica adequada, habilitada e com conhecimento necessário à plena execução dos produtos e/ou serviços a serem, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.5 Vedar a utilização, na execução dos produtos e/ou serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES-MP nº 5/2017.

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

10.8 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, toda e qualquer ocorrência anormal ou irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

10.10 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou em desconformidade com o demandado.

10.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.12 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações técnicas ou ao modelo de execução demandados.

10.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

10.15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e comprometer-se a não veicular publicidade acerca das atividades objeto do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.

10.17 Manter, por si e por seu Preposto, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, irrestrito e total sigilo sobre:

10.17.1 Os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em decorrência da execução do contrato;

10.17.2 Os produtos gerados no decorrer dos trabalhos, as informações, os dados, os documentos e outros elementos utilizados na execução do contrato, vedado o seu uso ou divulgação a terceiros, ainda que parcial, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

10.18 Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo definido no Anexo VIII deste Termo de Referência, se comprometendo, por si, seu preposto e funcionários, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

10.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

10.21 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas e exercer o controle de qualidade na execução dos produtos e serviços prestados, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

10.23 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no art. 111 da Lei nº 8.666, de 1993, c/c o art. 4º da Lei nº 9.609, de 1998, bem como com o previsto no subitem 6.1, alíneas 'a' e 'b', do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5, de 2017:

10.23.1 A titularidade dos direitos relativos aos programas desenvolvidos, incluindo o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação.

10.23.2 Os direitos relativos ao programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato, expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento ou ainda outros que decorram da própria natureza dos encargos concernentes ao vínculo estabelecido.

10.23.3 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE utilizar os mesmos sem limitações;

10.23.4 Os direitos autorais das soluções, dos projetos desenvolvidos, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23.5 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo, inclusive, contemplar a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. A transição contratual contempla a elaboração do Plano de Transição, descrito a partir do subitem 11.9 deste Termo de Referência.

10.24 Efetuar as providências necessárias, de imediato, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais produtos e serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas suas obrigações pelos produtos e serviços prestados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por seu preposto.

10.25 Fornecer relação nominal de seus funcionários, caso haja necessidade de prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE.

10.26 Zelar para não incorrer em prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no art. 5º, da Lei Federal 12.846/2013.

10.27 Não tolerar ou compactuar com qualquer comportamento considerado corrupto, como o pagamento e/ou a cooperação com qualquer forma de suborno, a emissão ou aceitação de notas e faturas falsas, dentre outros.

11. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E GESTÃO DA CONTINUIDADE E DO PLANO DE TRANSIÇÃO

11.1 A transferência de conhecimento objetiva a internalização do conhecimento e de seu uso relacionada à todas as soluções adotada no decurso do contrato, de forma com a mitigar riscos de

descontinuidade de serviços e de dependência técnica pela CONTRATANTE, tornando-a apta a dar continuidade, no que couber, aos serviços disponibilizados com autonomia.

11.2 No decorrer da prestação dos serviços contratados, sejam quais forem, a CONTRATANTE poderá solicitar a transferência de conhecimento bem como a capacitação técnica de servidores de maneira a permitir a melhor compreensão possível dos entregáveis e permitir a transferência gradual de conhecimento.

11.3 A CONTRATADA disponibilizará, sempre que formalmente solicitada, todo conhecimento, informação, arquivos brutos ou abertos, e similares, produzidos e/ou utilizados para a execução dos serviços contratados, devendo ser disponibilizados à CONTRATANTE, por meio de perfis profissionais designados e capacitados para tal.

11.4 Ao término do contrato, seja por decurso de vigência ou por suspensão/cancelamento, promover a Transição Contratual, baseado no Plano de Transição aprovado, realizando a transferência de código fonte, documentação de regras de negócio, tecnologia, técnicas empregadas, parâmetros de configuração de ferramentas, e quaisquer documentações correlatas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, técnicos indicados pela CONTRATANTE.

11.5 Toda a documentação gerada na prestação dos serviços, sejam eles relatórios, dados, informações, códigos fonte, regras de negócio e demais informações e inteligências produzidas no âmbito do contrato firmado, é de inteira e exclusiva propriedade da CONTRATANTE, devendo ser mantido o sigilo sobre a mesma, conforme art. 87 da Lei nº 9.610/98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

11.6 É vedada a comercialização para terceiros, bem como a cessão a título gratuito ou oneroso, das informações ou soluções ou quaisquer informações correlatas produzidas no âmbito do contrato.

11.7 A entrega de modelos e bases de dados da solução tecnológica, documentação correlata, bem como de artefatos e produtos gerados ao longo do contrato deverá ser acompanhada de esclarecimentos completos sobre o material disponibilizado, na forma de apresentações e/ou relatórios em formato texto, quando da entrega de produtos/serviços.

11.8 O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição contratual, constituirá inexecução parcial do contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE, à execução da garantia e às sanções previstas no Item 18 - Sanções Administrativas deste Termo de Referência.

I - DO PLANO DE TRANSIÇÃO

11.9 A CONTRATADA deverá apresentar, após 9 (nove) meses a contar da assinatura do contrato, Plano de Transição contemplando todas as atividades necessárias para uma completa transição contratual, devendo submetê-lo a apreciação do Gestor do Contrato, bem como promover sua devida atualização com pelo menos 60 (sessenta) dias antes do término de vigência do contrato e o início de sua implementação com pelo menos 30 (trinta) dias antes do término de vigência do contrato, ou por prazo acordado entre as partes.

11.9.1 O Plano de Transição vinculará as partes e constituirá obrigação a ser cumprida.

11.10 No Plano de Transição deverão estar identificados todos os compromissos, papéis, responsabilidades, artefatos, tarefas, o tempo necessário e a identificação de todos os envolvidos com a transição, bem como as documentações relacionadas a cada uma das atividades que comporão o seu conteúdo.

11.11 A CONTRATANTE validará o Plano de Transição e suas atualizações em no máximo 10 (dez) dias úteis após a entrega pela CONTRATADA.

11.11.1 A CONTRATANTE poderá solicitar tempestivamente, de modo a cumprir os prazos estabelecidos no subitem 11.9, alterações ou adequações no Plano de Transição quando forem identificados riscos à transição ou qualquer outro aspecto que possa vir a prejudicar ou atrasar a implementação.

11.12 É de responsabilidade da CONTRATADA e da CONTRATANTE, a implementação do Plano de Transição, de modo a garantir o repasse bem sucedido de todas as informações necessárias para a continuidade dos serviços pela CONTRATANTE.

11.13 É de responsabilidade da CONTRATANTE a disponibilidade dos recursos qualificados identificados no Plano de Transição como receptores do serviço.

11.14 Durante o período necessário à implementação do Plano de Transição, a CONTRATADA deve responsabilizar-se por qualquer esforço adicional associado à transição, sem ônus para a CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório e a participação de empresas em consórcio. É vedada a participação de cooperativas na presente licitação, tendo em vista a natureza dos serviços a serem prestados.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica os requisitos de:

13.1.1 Habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2 Manutenção das de todas as cláusulas e condições do contrato e documentos correlatos vinculados à licitação;

13.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por servidores da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência, bem como em outros documentos vinculadores da execução contratual.

14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverá comunicar à autoridade

responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

14.6 O representante da CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e serão exercidas por servidores especialmente designados a ocupar os encargos de Gestor e Fiscal, titular e substituto.

14.8.1 O exercício das atribuições a serem desenvolvidas pelos Gestores e Fiscais, ficará assegurada a distinção das atividades e o volume de trabalho, de modo a não comprometer o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão e Fiscalização do Contrato.

14.9 A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV), redimensionando o pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

14.9.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades demandadas;

14.9.2 Deixar de utilizar materiais e demais recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10 Durante a execução do objeto, a fiscalização do contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para a manutenção da qualidade esperada, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11 Os Gestores e Fiscais do Contrato apresentarão ao Preposto da CONTRATADA a avaliação da qualidade de execução dos serviços, bem como, a avaliação de desempenho do desenvolvimento do contratual.

14.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal e Gestor do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

14.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar, de forma recorrente, os níveis

mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15 A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação de desempenho da CONTRATADA periodicamente. O período escolhido para a avaliação deve ser suficiente para aferir o desempenho e qualidade do desenvolvimento contratual.

14.16 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas estabelecidas nos Itens 6 e 7 deste Termo de Referência e rotinas estabelecidas em sistema de execução próprio da CONTRATANTE. Ajustes e/ou adequações que visem melhorar a eficácia dos serviços poderão ser acordados entre as partes e deverá ser documentado para fins de comprovação.

14.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente a esta contratação.

14.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego inadequado de recursos ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, conforme estabelecido no art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos produtos e serviços demandados, nos termos abaixo.

15.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos do mês subsequente ao da execução, a CONTRATADA deverá apresentar toda a documentação comprobatória para fins de dar início ao procedimento de prestação de contas.

15.3 A natureza de execução dos produtos e serviços contantes do objeto da presente contratação, impossibilita a estipulação de prazo para recebimento provisório, devendo a CONTRATADA observar o prazo de entrega estabelecido para cada produto e serviço que, para todos os efeitos, é o prazo que configurará o recebimento definitivo.

15.3.1 Durante o prazo de execução dos produtos e serviços, a fiscalização do contrato, caso necessário, manterá contato com a CONTRATADA a fim de prestar orientações e esclarecimentos acerca da realização das atividades a serem desenvolvidas para a execução dos produtos e serviços.

15.3.2 O recebimento definitivo por parte da fiscalização do contrato, nos prazos definidos nas Tabelas de Produtos e Serviços (Anexos II e III), a depender da dinâmica de execução de cada produto/serviço, autoriza a CONTRATADA a providenciar a documentação necessária à prestação de contas, que deverá ser apresentada no prazo estipulado no subitem 15.2.

15.3.2.1 Todas as fases de execução dos produtos e serviços, no âmbito da CONTRATANTE, ocorrem em Sistema próprio de execução, cuja dinâmica encontra-se sintetizada no subitem 15.4.1.

15.4 Todos os procedimentos para execução serão processados em sistema de execução próprio da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA adequar-se à rotina estabelecida.

15.4.1 A rotina contemplará, dentre outras específicas, as seguintes etapas:

15.4.1.1 Abertura de Ordem de Serviço - OS, pela fiscalização do contrato, contendo o produto e/ou serviço a ser executado, as especificações e informações relevantes

para o desenvolvimento, sendo observado os critérios e requisitos descritos na Tabela de Produtos e Serviços (Anexos II e II), bem como a autorização do Gestor do contrato para a execução dos serviços;

15.4.1.2 A CONTRATADA procederá o recebimento da OS no sistema e iniciará a execução. Para fins de cumprimento de prazo, o início da execução se dará a partir da data de autorização da OS.

15.4.1.3 No prazo estabelecido a CONTRATADA procederá a entrega dos produtos e serviços demandados.

15.4.1.4 Após a entrega, a CONTRATANTE finalizará a demanda no sistema e iniciará a avaliação da qualidade dos serviços prestados.

15.4.1.5 Após a finalização da demanda no sistema, a CONTRATADA ficará autorizada a iniciar a documentação para a prestação de contas.

15.4.1.6 A CONTRATADA deverá apresentar a documentação necessária a comprovação para fins de ateste e prestação de contas conforme descrito na Tabela de Produtos e Serviços (Anexos II e II).

15.5 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução em desconformidade com o estabelecido, cabendo à fiscalização não aceitar os serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante a execução.

15.6 A fiscalização do contrato realizará a análise de toda a documentação apresentada pela CONTRATADA para fins de comprovação da execução e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação da despesa, solicitará à CONTRATADA, por escrito, as correções necessárias.

15.7 Ao final de cada encerramento do período de execução dos produtos e serviços, a fiscalização do contrato avaliará a qualidade da prestação dos serviços, e estes em si, em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do contrato.

15.8 O recebimento definitivo do produto ou serviço não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quando couber, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4 O setor competente para proceder a liquidação e o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1 o prazo de validade;

16.4.2 a data da emissão;

16.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4 o período de prestação dos serviços;

16.4.5 o valor a pagar; e

16.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5 Para além das informações contantes do subitem 16.4, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome e CNPJ da CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, a descrição dos serviços executados, o número da ordem de serviço e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do banco, número da agência e da respectiva conta.

16.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

16.7 O Gestor do Contrato só atestará a execução dos serviços mediante cumprimento de todas as condições pactuadas.

16.8 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

16.9 não produziu os resultados pactuados;

16.10 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.11 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.12 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária só serão efetivados se a CONTRATADA efetuar cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

16.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.14 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

16.16 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.18 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.19.1 Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

16.20 Quando do pagamento, a CONTRATANTE, na condição de fonte retentora, realizará o desconto o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigada pela legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber, referentes aos pagamentos que efetuar.

16.21 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.22 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) / 365$	$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$	$I = (6 / 100) / 365$ $I = 0,00016438$
------------------	--	---

16.22.1 A compensação financeira será incluída na nota fiscal seguinte à da ocorrência.

16.23 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio formal, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

16.24 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

17. REAJUSTE

17.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os preços, portanto, são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

17.4 Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

18.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993:

- Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- Seguro-Garantia;

- Fiança Bancária.

18.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

18.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.4.2 Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

18.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

18.5 Se a opção for pelo seguro-garantia, a CONTRATADA deverá observar:

18.5.1 A apólice deverá indicar a CONTRATANTE como beneficiária e deve ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela autarquia;

18.5.2 O prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, conforme dispõe o subitem 18.3, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro à instituição emitente, observados os prazos prescricionais pertinentes;

18.5.3 A apólice deve prever expressamente responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter indenizatório e/ou sancionatório aplicadas à CONTRATADA.

18.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior e nos subitens 18.5, observada a legislação que rege a matéria. Portanto, não serão aceitas apólices cujas cláusulas contrariem o interesse da CONTRATANTE.

18.7 A CONTRATANTE realizará a análise da apólice apresentada e poderá solicitar esclarecimentos ou alterações à CONTRATANTE, caso observe desconformidade com seus interesses.

18.8 Se a opção for pela fiança bancária, o instrumento de fiança deve, ainda:

18.8.1 Ser emitido por instituição financeira que esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção da autarquia;

18.8.2 Ter prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, conforme dispõe o subitem 18.4, para apuração de eventual

inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes;

18.8.3 Ter afirmação expressa do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

18.8.4 Ter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.

18.9 Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 1986, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.10 Se a opção for pelo título da dívida pública, este, deverá ainda:

18.10.1 Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

18.10.2 Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

18.11 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

18.12 Sem prejuízo das sanções previstas em Lei e nos termos deste Termo de Referência, a não prestação da garantia exigida implicará nas penalidades cabíveis, conforme dispõe os subitens 18.2.1 e 18.2.2.

18.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

18.14.1 Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

18.15 A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

18.16 Será considerada extinta a garantia:

18.16.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.16.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES-MP nº 05/2017.

18.17 Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA , ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir.

18.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

18.19 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 18.2 deste Termo de Referência.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 19.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 19.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou
- 19.1.5 cometer fraude fiscal.

19.2 Resguardados os preceitos legais e garantido o direito à defesa e regular processo administrativo, observado o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e na Lei nº 9.784/1999, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

- 19.2.1 Advertência;
- 19.2.2 Multa;
- 19.2.3 Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 19.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

19.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

19.4 As sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência da CONTRATANTE, mediante ato justificado da autoridade competente.

19.5 A aplicação das sanções observará as seguintes disposições:

- 19.5.1 A advertência, as multas, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas pela autoridade competente;
- 19.5.2 Caberá, ainda, à autoridade competente, de que trata o subitem anterior, propor a declaração de inidoneidade; e
- 19.5.3 A aplicação da declaração de inidoneidade compete privativamente ao Ministro de Estado ao qual o contrato está subordinado ou vinculado, por intermédio da autoridade competente.

19.6 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.6.1 Advertência, que poderá ser aplicada nos seguintes casos:

19.6.1.1 Descumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE; e

19.6.1.2 Outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

19.6.2 Multa, que poderá ser aplicada nos seguintes casos e percentuais de:

19.6.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução e entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.6.2.2 7% (sete por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução e entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

19.6.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.6.2.4 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela não manutenção da equipe de perfis profissionais técnicos exigida no Item 8 deste Termo de Referência.

19.6.2.5 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado pela:

a) não indicação, dentro do estabelecido no subitem 7.4 deste Termo de Referência, de preposto para acompanhamento da execução contratual;

b) recusa em realizar transição gradual de conhecimento ao corpo técnico da CONTRATANTE, ou realizá-la em desconformidade com o exigido, na execução de determinado produto ou serviço, contemplando a transferência de tecnologia utilizadas e técnicas empregadas e/ou constantes do item 11 deste Termo de Referência.

19.6.2.6 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia - seja para reforço ou por ocasião de prorrogação -, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; e

19.6.2.7 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor autorizado para a execução de produtos e/ou serviços, a ser descontado sobre o valor da Nota Fiscal, caso a CONTRATADA incorra em qualquer uma das infrações abaixo descritas:

MULTAS POR INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	% A SER DESCONTADO
1	Realizar qualquer procedimento diferente das definições descritas no Item 6 - Modelo de Execução do Objeto', sem autorização prévia	3%

	da CONTRATANTE.	
2	Sem justificativa, o preposto não for localizado pela CONTRATANTE para prestar informações sobre a execução dos serviços não retornar o contato em até 1 (um) dia útil.	2%
3	Deixar de cumprir as orientações e solicitações técnicas da CONTRATANTE, com relação ao serviço demandado, e/ou as definições, especificações e orientações para a execução dos serviços constantes das Ordens de Serviço.	5%
4	Deixar de informar à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais que adentrarão as dependências da CONTRATANTE para a execução dos serviços e/ou substituição de funcionário envolvido, no decorrer da execução de determinado produto ou serviço.	1%
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, no decorrer da execução de determinado produto ou serviço, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATADA.	4%

19.6.2.8 A CONTRATANTE poderá solicitar que o serviço seja refeito de forma adequada e em prazo estipulado, sem incidência de quaisquer ônus.

19.6.2.9 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos, sejam a moratória ou indenizatória, serão consideradas independentes entre si.

19.6.2.10 A aplicação das multas de que trata o subitem 19.6.2.9, não se confundem com o redimensionamento nos valores das Notas Fiscais ocasionados em decorrência da aplicação do IMR.

19.6.2.11 O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

19.6.2.12 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.6.3 Impedimento licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos e consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

19.6.3.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.6.3.2 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração é aplicável também se a CONTRATADA, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do contrato a ser firmado, nos seguintes prazos e situações:

I - Por até 6 (seis) meses:

a) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros graves à CONTRATANTE.

II - Por até 2 (dois) anos:

- a) Cometimento de quaisquer irregularidades que acarretem prejuízos graves à CONTRATANTE, ensejando a rescisão do contrato por culpa ou dolo da CONTRATADA;
- b) Reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

19.6.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

19.7 Ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.7.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.7.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

19.7.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.8 As sanções previstas nos subitens 19.6.3 e 19.6.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, podendo, a depender do caso e respeitado o devido processo legal, ser descontada dos pagamentos a serem efetuados.

19.9 A **CONTRATADA** estará sujeita às sanções estabelecidas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013, sem prejuízo das demais cominações legais, pela prática de atos lesivos à Administração, assim definidos:

- a) fraudar o contrato;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou no contrato;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e
- e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituem prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015.

19.10 Independentemente das sanções previstas neste Item, a licitante não poderá compactuar com as seguintes práticas:

- a) Corrupção: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação;
- b) Fraude: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação;

c) Conluio: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes da licitante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) Coerção: causar ameaçar ou dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação no procedimento licitatório; e

e) Obstrução: causar os atos de que tratam as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' e atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.14 Com base nas infrações cometidas na execução contratual, a CONTRATANTE se valerá da conduta da CONTRATADA para subsidiar a avaliação de desempenho e a prorrogação contratual, podendo, a seu critério, constituir fato motivador para casos de rescisão contratual.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1 Como critério de aceitabilidade de preços, serão considerados como máximos os preços estimados, tanto global - constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência - quanto unitários constantes do Anexo VI (Planilha de Preços Máximos Aceitos).

20.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por item.

20.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20.4 A licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de **habilitação econômico financeira**:

20.4.1 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

20.4.1.1 Caso não conste prazo de validade, será aceita a certidão emitida em até 90 (noventa) dias corridos, antes da data de apresentação da proposta;

20.4.1.2 Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias a partir da data da respectiva emissão;

20.4.1.3 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor.

20.4.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, por meio de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

20.4.2.1 O balanço patrimonial deverá estar assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

20.4.2.2 Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional;

20.4.2.3 O balanço patrimonial deverá estar registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa licitante e apresentado de acordo com os incisos de I a III, ou no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED apresentado conforme inciso IV:

I - Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, conforme disposto no § 2º do art. 5º do Decreto-Lei nº 486, de 1969;

II - Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404, de 1976: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação ou fotocópia registrada ou autenticada no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

III - Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no órgão competente de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;

IV - Para as empresas que escrituram por meio do SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:

- a) recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis; e
- c) termo de abertura e encerramento.

20.4.3 As sociedades constituídas no exercício em curso ou com menos de um ano deverão apresentar balanço conforme abaixo discriminado, com a assinatura do sócio-gerente e do responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional e autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante:

20.4.3.1 Balanço de abertura, no caso de sociedades sem movimentação;

20.4.3.2 Balanço intermediário, no caso de sociedades com movimentação se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

20.4.4 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

20.4.4.1 do balanço referido na alínea ‘b’ do subitem 20.4.2, cujos índices de Liquidez Geral (LG), de Solvência Geral (SG) e de Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir, terão de ser maiores que um (>1):

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

20.4.4.2 do balanço referido no subitem 20.4.3, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (> ou = a 1):

S =	Ativo Total
	Passivo Exigível Total

20.4.5 Os índices de que tratam os subitens 20.4.4.1 e 20.4.4.2 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, Contador ou outro profissional equivalente, mediante sua assinatura e indicação de seu nome e registro no respectivo conselho de classe profissional.

20.4.6 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), para ser considerada habilitada no quesito Qualificação Econômico-Financeira, deverão comprovar patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o item pertinente.

20.4.7 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

20.4.8 Se as informações referentes ao patrimônio líquido e aos índices mencionados não estiverem disponíveis no SICAF, a licitante deverá comprová-los mediante a apresentação dos documentos de que trata subitem 20.4.2.3 deste Termo de Referência.

20.4.9 A empresa deverá apresentar seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social, no qual deverá obrigatoriamente constar ramo de atividade ligado ao desenvolvimento de soluções de comunicação digital ou ramo de atividade diretamente relacionada ao Item pretendido desta licitação.

20.5 A licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de **habilitação jurídica**:

20.5.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

20.5.2 Os documentos mencionados no subitem anterior deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação, devendo constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta licitação;

20.5.3 Inscrição do ato constitutivo em cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

20.5.4 Ato de autorização, quando se tratar de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e

20.5.5 Registro comercial, em caso de empresa individual.

20.6 A licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de Regularidade Fiscal e Trabalhista:

20.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/ME;

20.6.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se exigível, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

20.6.3 Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional com jurisdição sobre o local da sede da licitante;

20.6.4 Certidões Negativas de Débitos ou de não contribuinte expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município em que estiver localizada a sede da licitante;

20.6.5 Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, em vigor na data de apresentação dos Documentos de Habilitação; e

20.6.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

20.6.7 Será considerada em situação regular a licitante cujo débito com as fazendas públicas ou com a seguridade social esteja com a exigibilidade suspensa.

20.6.8 Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

20.6.9 Será considerada como válida pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, a certidão que não apresentar prazo de validade, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

20.7 A licitante deverá apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação técnica:

20.7.1 Comprovante de que executa/executou serviços de comunicação digital, de porte compatível em características, quantidades e prazos e especificidade dos serviços previstos nessa contratação, cujas atividades sejam iguais ou similares, às descritas nos Anexos II e III (Tabelas de Produtos e Serviços), de acordo com o item ao qual está concorrendo, preferencialmente nos últimos 4 anos.

20.7.1.1 Para fins de comprovação do **Item 1 - Monitoramento**, serão considerados como parcela relevante da Tabela de Produtos e Serviços (Anexo II), os seguintes produtos/serviços:

- a) 1.1 - Alerta em tempo real de Monitoramento de Mídias Sociais;
- b) 1.2 - Relatório de Monitoramento de Mídias Sociais;
- c) 1.3 - Diagnóstico de impacto dos canais proprietários; e
- d) 1.5 - Relatório de análise de tema/ação e/ou campanha digital

20.7.1.2 Será considerada, para fins de comprovação de que trata o item 20.7.1.1, a execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos representados na Tabelas de Produtos e Serviços - Item 1 (Anexo II) para cada um dos produtos/serviços citados.

20.7.1.3 As comprovações deverão fazer referência a prestação dos serviços descritos no item 20.7.1.1 ou equivalentes, podendo a empresa demonstrar a prestação de serviços voltados para análise de ferramentas de busca, tendências de pesquisas, ranqueamento de sites em buscadores, análise de ferramentas de *Search Engine Optimization* - SEO e ferramentas de *webanalytics*, bem como ter prestado serviços de monitoramento no contexto de mídias sociais (minimamente Facebook, Twitter e Instagram), por meio de APIs públicas e privadas para carga de dados, utilizando operadores lógicos/booleanos e/ou linguística de corpus, categorias, informações de sentimentalização, sensações e demais informações agregadoras, análise de conjuntura temática e estratégica, sendo necessária, ainda, experiência em análise de redes, análise de conjuntura política e de acompanhamento de políticas públicas, estando tais atividades e ferramentas associadas às entregas referentes às alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 20.7.1.1.

20.7.1.4 Para fins de comprovação do **Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital**, serão considerados como parcela relevante da Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Anexo III), os seguintes produtos/serviços:

- a) 1.1 - Deploy;
- b) 1.2 - Desenvolvimento de soluções digitais;
- c) 1.3 - Base de dados; e
- d) 1.7 - Front-end Desenvolvimento de interface client side.

20.7.1.5 Será considerada, para fins de comprovação de que trata o item 20.7.1.4, a execução de, no mínimo, 50% dos quantitativos representados na Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Anexo III) para cada um dos produtos/serviços citados.

20.7.1.6 As comprovações deverão fazer referência a prestação dos serviços descritos no item 20.7.1.4 ou equivalentes, podendo a empresa demonstrar a prestação de serviços voltados para o desenvolvimento de soluções de aprimoramento da comunicação digital com o uso de novas tecnologias disponíveis no mercado e a execução de serviços de tecnologia relacionados ao desenvolvimento de soluções digitais, envolvendo HTML/HTML5, CSS/CSS3, Javascript, programação em Python/Plone e outros CMS. Deverá ainda apresentar comprovação de experiência em desenvolvimento e gestão e base de dados, *webservices*, *Visual Business Intelligence*, e implementação de unidade de atendimento virtual (*chatbot*), estando tais atividades e ferramentas associadas às entregas referentes às alíneas "a", "b", "c" e "d" do item 20.7.1.4.

20.7.2 A comprovação será feita por meio de apresentação de declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, distintas uma da outra.

20.7.3 A(s) declaração(ões), atestado(s) ou certidão(ões) deverão mostrar, clara e inequivocamente, a capacidade de atendimento aos requisitos estabelecidos, preferencialmente:

20.7.3.1 Identificação do emissor do atestado, incluindo razão social, nome e cargo do responsável, CNPJ, endereço completo e telefones;

20.7.3.2 Data de vigência da prestação dos serviços;

20.7.3.3 Identificação da satisfação do emissor do atestado com relação ao(s) serviço(s) executado(s);

20.7.3.4 Montante do orçamento anual (valor do contrato anual) que as declarantes possuem/possuíam à época da prestação dos serviços de comunicação digital, de caráter meramente informativo, com vistas a verificar o porte financeiro da contratação, bem como a dimensão dos esforços de comunicação digital implementados pela licitante.

20.7.4 Fica vedada a apresentação de comprovantes relacionados à prestação de serviços de comunicação digital executados para a CONTRATANTE ou emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da licitante.

20.7.4.1 São considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, as empresas de marketing digital controladas ou controladoras de uma mesma empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócio de empresa ou agência de promoção e eventos da licitante.

20.8 A CONTRATANTE realizará todas as diligências necessárias para a comprovação das informações apresentadas, devendo as licitantes disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade das declarações, atestados ou certidões apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia de contrato, notas fiscais e/ou faturas que deram suporte à contratação, caso solicitado.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

21.1 O preço total da contratação está estimado em R\$ 8.723.047,09 (oito milhões, setecentos e vinte e três mil quarenta e sete reais e nove centavos) , sendo:

21.1.1 Item 1 - Monitoramento, no valor máximo estimado de R\$ 6.287.433,26 (seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil quatrocentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos); e

21.1.1 Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital, no valor máximo estimado de R\$ 2.435.613,83 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e treze reais e oitenta e três centavos).

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1 As despesas decorrentes estimadas em **R\$ 8.723.047,09 (oito milhões, setecentos e vinte e três mil quarenta e sete reais e nove centavos)** correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2020, UG: 110319, no Programa de Trabalho: 04.131.0032.2017.0001 – PRes 168501 - Comunicação Institucional - Despesas Diversas; Natureza da Despesa: 3390.39.

22.2 PARÁGRAFO ÚNICO – Para o próximo exercício, correspondente ao período de vigência do contrato a ser firmado, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias específicas para o atendimento de despesas de mesma natureza.

23. TERMO DE CONTRATO

23.1 O contrato terá vigência inicial de de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

ANEXOS:

Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II - Tabela de Produtos e Serviços - Item 1 (Monitoramento);

Anexo III - Tabela de Produtos e Serviços - Item 2 (Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital);

Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

Anexo V - Modelo de Proposta;

Apêndice I - Proposta Item 1 (Monitoramento);

Apêndice II - Proposta Item 2 (Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital);

Anexo VI - Planilha de Preços Máximos Aceitos;

Anexo VII - Declaração de Ciência; e

Anexo VIII - Termo de Confidencialidade e Sigilo.

Equipe de Planejamento da Contratação:

Andrea Lopes Vasconcelos Cartaxo
Bruno Tetsuo Koressawa
Karolline Soares da Silva

De acordo.

SAMY LIBERMAN
Secretário Especial Adjunto

Aprovo.

FABIO WAJNGARTEN
Secretário-Executivo

ANEXOS I A VIII
DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020

PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

Arquivo, em formato .pdf, disponível em:

- www.gov.br/compras/pt-br
- www.gov.br/secretariageral/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/secretaria-de-administracao/licitacoes

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020

PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, N.º _____/2020

Data de Abertura: ____ / ____ / 2020

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO TOTAL
1	Monitoramento	1	(*)
2	Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital	1	(*)

(*) O **PREÇO TOTAL DO ITEM**, decorrente da **PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (Apêndice I do Anexo II)**, é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

ATENÇÃO: A Planilha de Composição de Preços constante do **Apêndice I do Anexo II** deverá ser preenchida e encaminhada após negociação, mediante convocação do pregoeiro.

1 Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de ____ (____) **dias**, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

1.2. Os preços para cada produto e serviço que compõem os itens da presente licitação devem compor a(s) Planilha(s) de Formação de Preços (Apêndices I e II), a fim de ser estabelecido o valor total do item.

2 Declaração

2.1 Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

2.2 Declaro expressamente ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

2.3 Declaramos ainda que:

a) Os direitos patrimoniais de uso dos dados e informações coletados, incluídos estudos, análises e planos elaborados por esta licitante, por meio de nossos empregados ou prepostos, em decorrência da execução do contrato, passam a ser integralmente do órgão/entidade;

a1) Consideram-se incluídos os valores equivalentes à remuneração desses direitos, mencionados na alínea 'a', na remuneração dos serviços;

a2) O órgão/entidade poderá, a seu juízo, utilizar os direitos referidos na alínea 'a' durante a vigência do contrato a ser celebrado, e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus;

b) Nos preços unitários deverão estar incluídas as despesas com viagens, diárias e hospedagens para planejamento e apresentação de resultados no local definido pelo órgão/entidade, em data a ser definida em comum acordo com ao CONTRATANTE, além de todos custos e despesas inerentes, tais como: mão de obra, salários, despesas para planejamento e apresentação de resultados, bem como impostos, taxas, seguros, contribuições previdenciárias, encargos sociais e trabalhistas, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas diretas ou indiretas, enfim, todos os componentes de custo dos serviços, inclusive equipamentos (hardware), programas (softwares), incentivo e/ou ajuda de custo para participantes das pesquisas e lucro, e todas as demais obrigações e despesas de qualquer natureza necessárias à perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

c) Os preços apresentados para os produtos e serviços constantes do objeto da presente licitação são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, na vigência do contrato caso seja firmado;

d) Manteremos, por nós e por nossos prepostos, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados coletados ou que nos sejam fornecidos;

e) O órgão/entidade, quando entender necessário, poderá solicitar novos cruzamentos em cada pesquisa, sem ônus;

f) Devemos apresentar ao órgão/entidade todas as informações referentes às tecnologias utilizadas na execução dos produtos e serviços.

g) Estamos cientes de que o órgão/entidade procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei;

h) Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos correlatos a este pregão e tem validade de XXX (por extenso) dias corridos, contados de sua apresentação.

3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Inscrição Estadual ou Municipal:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:

Nome completo:

CPF:

RG:

_____, ____ de _____ de 2020.

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

APÊNDICE I
DO ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM 1 - MONITORAMENTO			
Produto/Serviço	Quantidade	Valor Unitário Proposto	Valor Total Proposto
1. Monitoramento			
1.1. Alerta em tempo real de Monitoramento de Mídias Sociais			
<p>Descritivo: desenvolvimento de relatórios/informes eletrônicos de alertas, em tempo real (24/7), sobre assuntos de interesse do contratante. Deve apresentar uma escala de importância, a partir de uma régua de repercussão estabelecida por meio do monitoramento de menções sobre determinado tema.</p>	1.098		
<p>Entregável:</p> <p>1) Texto com breve análise crítica enviado por aplicativo de mensagens instantâneas para destinatários definidos junto com o Contratante</p> <p>2) Arquivo, em texto, com o alerta, por e-mail ou dispositivo específico determinado pelo contratante.</p>			
Prazo de entrega: sempre que houver fato relevante sobre as temáticas acompanhadas pelo contratante.			
Método de classificação de complexidade: não se aplica.			
1.2. Relatório de Monitoramento de Mídias Sociais			
<p>Descritivo: Elaboração de estudo, por equipe multidisciplinar com formação nas áreas do conhecimento relacionadas a políticas públicas, em especial ciências sociais aplicadas, ciências políticas, estatística, comunicação, economia e linguística, de conjuntura temática e estratégica de políticas públicas no contexto de mídias sociais.</p> <p>Os estudos deverão ser elaborados a partir de séries históricas; metodologias de abordagem específicas para análises comparativas de assuntos e eventos direta ou indiretamente relacionados com a atuação institucional da contratante; insumos coletados no ambiente web que serão processados em softwares de monitoramento e análise de redes.</p> <p>As temáticas serão definidas, previamente, em comum acordo com a Contratante.</p> <p>O objeto deste serviço deverá apresentar capítulo específico consolidando os dados do período solicitado. Deverá abordar, também, mas não somente, os seguintes aspectos:</p> <p>a) principais temas debatidos nas redes sociais e ações organizadas na web, classificados, referentes a temas de interesse do contratante;</p> <p>b) a identificação dos principais formadores de opinião sobre tais temas nas redes sociais e análise de respectivas influências, redes, participação e engajamento;</p>			

c) identificação das postagens e conteúdos de usuários nas redes sociais que mais repercutiram durante o mês, sobre os temas selecionados, com análise de impacto, repercussão e relevância; d) análise de redes; e) avaliação geral do impacto da projeção dos reflexos na opinião pública. Os dados brutos objetos dessas análises deverão acompanhar a entrega do respectivo Estudo Conjuntural Estratégico.			
Entregável: 1) Relatório de Monitoramento observando as necessidades apresentadas no descritivo do produto; 2) Planilhas com os dados brutos mensais que possam ser exportados em formato .csv ou excel. 3) Apresentação mensal presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.			
Prazo de entrega: a) Diário: diariamente, em dois horários (a definir pelo . b) Semanal: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada. c) Mensal: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.			
Método de classificação de complexidade: temporalidade da consolidação para entrega (diário, semanal e mensal).			
1.2.1 Baixa Complexidade			
Descritivo: Relatório diário de monitoramento de mídias sociais	732		
Prazo de entrega: diariamente, às 7h e às 18h.			
1.2.2 Média Complexidade			
Descritivo: Relatório semanal de monitoramento de mídias sociais	52		
Prazo de entrega: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada.			
1.2.3 Alta Complexidade			
Descritivo: Relatório mensal consolidado de monitoramento de mídias sociais	12		
Prazo de entrega: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.			
1.3. Diagnóstico de impacto dos canais proprietários			

<p>Descritivo: Elaboração de diagnóstico com avaliações compiladas de canais proprietários e observações que sirvam de subsídio para o planejamento e implementação de ações de comunicação e tomada de decisão, visando o desenvolvimento institucional do órgão. As informações prestadas devem estar orientadas para o incremento do alcance e eficiência das iniciativas e interfaces institucionais de interação com a sociedade, destacando-se:</p> <p>a) análise do desempenho de comunicação digital nas propriedades digitais, incluindo análises de impacto de postagens, para subsidiar ações nas mídias sociais e demais ações interativas;</p> <p>b) análise da evolução da imagem do órgão em canais proprietários;</p> <p>c) sugestões para aprimoramento da comunicação do órgão nas mídias sociais;</p> <p>d) proposição de ações em comunicação social que visem solucionar e responder questões relacionadas ao órgão, dentro do âmbito das redes sociais nacionais e internacionais;</p> <p>e) avaliação do impacto das postagens realizadas pelo órgão e da participação dos usuários nos canais proprietários com análise e abrangência, e mapa de calor.</p> <p>f) sentimentalização, classificação e análise das interações de internautas com as propriedades digitais em questão;</p> <p>g) indicação nos gráficos da performance da propriedade digital do órgão/tema: número de seguidores, perfis, compartilhamentos, retweets, comentários, curtidas, reações, acessos, tipos de conexões, origem de tráfego, e equivalentes;</p> <p>h) cruzamento de métricas, como Postagens X Interações X Resultados;</p> <p>i) identificação de perfis falsos relacionados às marcas do contratante com a adoção de medidas imediatas para a exclusão do perfil falso, apresentando relatórios mensais de efetividade;</p> <p>j) relação de ocorrências relevantes;</p> <p>k) outras análises equivalentes.</p>			
<p>Entregável:</p> <p>1) Relatório em formato de apresentação com o estudo produzido e indicação de aprimoramentos na comunicação;</p> <p>2) Dois relatórios diários, relatórios semanais e relatórios mensais em formato texto, com o relatório mensal consolidado.</p> <p>3) Planilhas com os dados brutos que possam ser exportados em formato .csv ou excel.</p> <p>4) Apresentação mensal presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.</p>			
Prazo de entrega: 3 (três) dias úteis após o fim do período analisado.			
Método de classificação de complexidade: temporalidade da consolidação para entrega (diário, semanal e mensal).			
1.3.1 Baixa Complexidade			
Descritivo: Relatório diário de impacto dos canais proprietários	732		
Prazo de entrega: diariamente, às 7h e às 18h.			
1.3.2 Média Complexidade			
Descritivo: Relatório semanal de impacto dos canais proprietários	52		
Prazo de entrega: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada.			

1.3.3 Alta Complexidade			
Descritivo: Relatório mensal consolidado de impacto dos canais proprietários	12		
Prazo de entrega: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.			
1.4. Relatório de audiência de portal/site			
<p>Descritivo: Produção de relatório de audiência dos portais/sites gerenciados pelo contratante contemplando as seguintes informações e análises:</p> <p>a) análise do desempenho de comunicação digital nos ambientes receptivos do governo federal, para subsidiar ações nas mídias sociais, mídia on-line, search engine marketing, mobile advertising e demais ações interativas;</p> <p>b) indicação nos gráficos, das principais ocorrências;</p> <p>c) indicação de dados da semana de performance do site/portal do órgão/tema: acessos, visitas, localidades, tipos de conexões, etc;</p> <p>d) cruzamento de dados, como por exemplo Planejamento das páginas principais X Ocorrências do mês X Resultados;</p> <p>e) análises de impactos de acessos a novos conteúdos e novas funcionalidades inseridas no site/portal durante a semana;</p> <p>f) análises dos picos e vales de acesso;</p> <p>g) relação de ocorrências relevantes.</p> <p>h) mapa de calor de acesso ao portal/site.</p>			
<p>Entregável:</p> <p>1) Relatório semanais e consolidado mensal de audiência de portal/site, observando as necessidade apresentadas no descritivo do produto;</p> <p>2) Planilhas com os dados brutos mensais que possam ser exportados em formato .csv ou excel.</p> <p>3) Apresentação mensal presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.</p>			
<p>Prazo de entrega:</p> <p>a) Semanal: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada.</p> <p>b) Mensal: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.</p>			
Método de classificação de complexidade: temporalidade da consolidação para entrega (semanal e mensal).			
1.4.1 Baixa Complexidade			
Descritivo: Relatório semanal de audiência de portal/site	52		
Prazo de entrega: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada.			
1.4.2 Média Complexidade			
Descritivo: Relatório mensal de audiência de portal/site	12		
Prazo de entrega: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.			
1.5. Relatório de análise de tema/ação e/ou campanha digital			

<p>Descritivo: Análise de tema específico e/ou desempenho de campanha/ação nos perfis proprietários e na rede (como um todo) para avaliação de posicionamento, estratégias, orientar ações de comunicação e/ou tomadas de decisão, além de subsidiar a produção de conteúdo.</p> <p>Execução das seguintes atividades, que poderão, de acordo com a solicitação do órgão, conter os tópicos abaixo:</p> <p>a) Contextualização do tema;</p> <p>b) Interesse geral sobre o tema;</p> <p>c) Análise do desempenho de comunicação digital nos ambientes receptivos e perfis proprietários de redes sociais (alcance, volume de menções e usuários únicos, e informações equivalentes) para subsidiar ações nas mídias sociais, mídia online, search engine marketing, mobile advertising e demais ações interativas;</p> <p>d) Indicação dos dados de performance do site de campanha/ação: acessos, visitas, localidades, tipos de conexões;</p> <p>e) Indicação dos dados de performance dos perfis de redes sociais do órgão/ tema: acessos, visitas, localidades, tipos de conexões;</p> <p>f) Cruzamento: planejamento das páginas principais x ocorrências x resultados;</p> <p>g) Análises de impactos de acessos a novos conteúdos e novas funcionalidades inseridas no site durante a semana;</p> <p>h) Análises dos picos e vales;</p> <p>i) Relação de ocorrências relevantes;</p> <p>j) Sentimentalização geral sobre o assunto (positivo, negativo, neutro);</p> <p>l) Distribuição geográfica das menções;</p> <p>m) Nuvem de palavras composta por menções de todas as redes;</p> <p>n) Análise de mídia - Top 5 Positivo e Top 5 Negativo;</p> <p>o) Análise Top 5 - tópicos mais citados com sentimentalização;</p> <p>p) Análise Top 5 - hashtags mais citados com sentimentalização;</p> <p>q) Principais influenciadores positivos e negativos;</p> <p>r) Conclusão analítica</p> <p>s) Insights estratégicos de comunicação a partir da análise obtida; e</p> <p>t) Análises equivalentes.</p>			
<p>Entregável:</p> <p>1) Diário: relatório com informações coletadas e analisadas durante o dia ou turno.</p> <p>2) Semanal: relatório com informações coletadas e analisadas durante a semana.</p> <p>3) Consolidado: relatório com informações coletadas e analisadas ao final da demanda.</p> <p>4) Apresentação presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados consolidados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.</p>			
<p>Prazo de entrega:</p> <p>Diário: até o final do dia</p> <p>Semanal: 1 (um) dia após o final da semana analisada</p> <p>Consolidado: 3 (três) dias após a finalização da demanda.</p>			
<p>Método de classificação da complexidade: tempo de duração da ação de comunicação.</p>			
1.5.1 Baixa Complexidade			
<p>Descritivo: Ação de comunicação com até 7 (sete) dias de duração.</p>	40		

Prazo de entrega: Diário: até o final do dia Semanal: 1 (um) dia após o final da semana analisada Consolidado: 3 (três) dias após a finalização da demanda.			
1.5.2 Média Complexidade			
Descritivo: Ação de comunicação com duração de 8 (oito) a 15 (quinze) dias.	82		
Prazo de entrega: Diário: até o final do dia Semanal: 1 (um) dia após o final da semana analisada Consolidado: 3 (três) dias após a finalização da demanda.			
1.5.3 Alta Complexidade			
Descritivo: Ação de comunicação com duração de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias.	30		
Prazo de entrega: Diário: até o final do dia Semanal: 1 (um) dia após o final da semana analisada Consolidado: 3 (três) dias após a finalização da demanda.			
1.6. Disponibilização de dados para análise estratégica de percepção e impacto de políticas públicas			
<p>Descritivo: Desenvolvimento de indicadores necessários para análise de repercussão do ambiente on-line sobre temas e subtemas relacionados a políticas públicas de interesse do contratante, contemplando diferentes plataformas de redes sociais, buscadores (tais como: Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn, Google e Youtube, plataformas semelhantes e blogs nacionais e internacionais) e disponibilização de dados. A atividade poderá, de acordo com a solicitação do contratante, compreender os seguintes tópicos:</p> <p>a) data e horário de publicação; b) dados públicos sobre perfis e publicadores; c) conteúdo textual da mensagem; d) palavras-chaves monitoradas; e) temas e subtemas referentes às mensagens classificadas; f) geolocalização; g) hashtags associadas aos conteúdos; h) grau de relevância de perfis e mensagens; i) repercussão das mensagens por critérios de alcance, impressões ou dados associados.</p>	12		
<p>Entregável:</p> <p>1) Acesso remoto via login e senha na ferramenta aos servidores e dashboards cadastrados, se for o caso; 2) Planilhas com os dados brutos que possam ser exportados em formato .csv ou excel.</p>			
Prazo de entrega: de acordo com a demanda.			
Método de classificação de complexidade: não se aplica.			
1.7. Construção de dicionário linguístico de políticas públicas com o uso de operadores booleanos e linguística de corpus			

<p>Descritivo: Elaboração e manutenção, em banco de dados, de dicionário linguístico a ser construído por meio da coleta e da análise de bases textuais a partir de busca (stringlines) com a utilização de operadores booleanos e linguística de corpus, contemplando temas e respectivos subtemas de políticas públicas de interesse do Governo Federal, selecionados sob demanda ou em decorrência dos estudos realizados. O dicionário linguístico deverá ser atualizado de acordo com necessidades apontadas pelo contratante.</p>	12		
<p>Entregável: Arquivo em formato de planilha com os termos constantes no banco de dados para acompanhamento contínuo pelo contratante, além de banco de dados.</p>			
<p>Prazo de entrega: Entrega até o terceiro dia útil do mês.</p>			
<p>Método de classificação de complexidade: não se aplica.</p>			
<p>1.8. Desenvolvimento e manutenção de dashboard de dados em tempo real</p>			
<p>Descritivo: Desenvolvimento, configuração, manutenção de painel customizável de acompanhamento em tempo real (dashboard), apresentando percepção de impacto das linhas de ação do órgão e respectivas entidades vinculadas, no ambiente web, contemplando diferentes plataformas de mídias sociais e buscadores, tais como: Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Google e Youtube, bem como blogs nacionais e internacionais relacionados a assuntos de interesse da Presidência da República. Esta metodologia lidará com bases de dados históricas, bem como índices pré-existentes e dados extraídos das redes sociais e de outras bases de dados relacionadas à atuação do Governo Federal, a fim de possibilitar tanto a avaliação das referidas políticas e sua eficácia, quanto cruzamento de dados e projeções de demandas futuras que permitam orientar a definição ou revisão destas políticas.</p>	12		
<p>Entregável: Acesso remoto via login e senha aos servidores cadastrados, bem como o acesso às planilhas de dados e imagens de gráficos que possam ser exportados em formato csv., excel ou png.</p>			
<p>Prazo de entrega: 20 (vinte) dias para o desenvolvimento e primeira carga de conteúdos no dashboard. Após a entrada em produção, a manutenção do painel será mensal.</p>			
<p>Método de classificação de complexidade: não se aplica.</p>			
<p>1.9. Análise Business Intelligence - BI de propriedade digital</p>			

<p>Descritivo: análise do desempenho de propriedades digitais do órgão, a partir de dados coletados por meio de monitoramento, análise e levantamento de informações estratégicas advindas das plataformas digitais, para apoio à tomada de decisão e sugestões de ação de comunicação. A atividade poderá, de acordo com a solicitação do contratante, compreender os seguintes tópicos:</p> <p>a) Análise do desempenho de comunicação digital nos ambientes receptivos, para subsidiar ações nas mídias sociais, mídia on-line, search engine marketing, mobile advertising e demais ações interativas;</p> <p>b) Indicação nos gráficos, das principais ocorrências;</p> <p>c) Indicação de dados do dia, semana e mês de performance da propriedade digital do órgão/tema: acessos, visitas, localidades, tipos de conexões; origem de tráfego;</p> <p>d) Cruzamento: Planejamento das páginas principais X Ocorrências do mês X Resultados;</p> <p>e) Análises de impactos de acessos a novos conteúdos e novas funcionalidades inseridas na propriedade digital durante o período;</p> <p>f) Análises dos picos e vales de acesso;</p> <p>g) Análise de SEO;</p> <p>h) Relação de ocorrências relevantes;</p> <p>i) Informações estatísticas apresentadas em dashboard com acesso on-line;</p> <p>j) Análises equivalentes de dados coletados em plataformas digitais a exemplo do Google Analytics e Facebook.</p>			
<p>Entregável:</p> <p>1) Relatório diário, semanal e mensal contendo apresentação de informações disponíveis nas ferramentas.</p> <p>2) Acesso remoto via login e senha na ferramenta aos servidores e dashboards cadastrados, se for o caso;</p> <p>3) Planilhas com os dados brutos mensal que possam ser exportados em formato .csv ou excel.</p> <p>4) Apresentação mensal presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.</p>			
<p>Prazo de entrega:</p> <p>a) Diário: diariamente, em horário a ser estabelecido pela contratante.</p> <p>b) Semanal: 1 (um) dia útil após o final da semana monitorada.</p> <p>c) Mensal: 3 (três) dias úteis após o fim do mês monitorado.</p>			
<p>Método de classificação de complexidade: temporalidade da consolidação para entrega (diário, semanal e mensal).</p>			
1.9.1 Baixa Complexidade			
<p>Descritivo: Relatório diário de BI do desempenho de propriedades digitais</p>	366		
<p>Prazo de entrega: diariamente, em horário a ser estabelecido pela contratante.</p>			
1.9.2 Média Complexidade			
<p>Descritivo: Relatório semanal de BI do desempenho de propriedades digitais</p>	52		
<p>Prazo de entrega: 1 (um) dia útil após o final da semana analisado.</p>			

1.9.3 Alta Complexidade			
Descritivo: Relatório mensal de BI do desempenho de propriedades digitais	12		
Prazo de entrega: 3 (três) dias úteis após o fim do mês analisado.			
1.10. Análise de influenciadores digitais			
<p>Descritivo: Elaboração de mapeamento para identificação de influenciadores digitais relacionados a uma determinada temática. O estudo deverá indicar conexões e referências dos influenciadores com o tema, apresentando, ainda, informações como:</p> <p>a) Número de seguidores nas redes sociais; b) Taxa de engajamento; c) Quantidade de interações; d) Menções espontâneas em outros perfis; e) Potencial de disseminação de mensagens; f) Interpretação de relações entre si; g) Análise de influência digital, entre outras métricas similares.</p>	12		
<p>Entregável:</p> <p>1) Planilha com o levantamento de dados dos influenciadores 2) Relatório com interpretação dos dados coletados, contendo as análises de influência e análise de redes. 3) Apresentação presencial ou virtual (a ser definida pelo contratante) pela contratada dos resultados obtidos, com as informações constantes no descritivo do produto.</p>			
Prazo de entrega: 5 (cinco) dias.			
Método de classificação de complexidade: não se aplica.			
Total Item 1 - Monitoramento			(*)

ITEM 2 - DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL			
Produto/Serviço	Quantidade	Valor Unitário Proposto	Valor Total Proposto
1. Tecnologia da Informação			
1.1 Deploy			
Descritivo: Acompanhamento e suporte local no ambiente de produção do cliente para a instalação inicial da solução digital.	4		
Entregável: 1) Arquivo em formato texto contendo o planejamento para a instalação inicial (deploy) 2) Relatórios de visitas técnicas para suporte na instalação inicial da solução digital.			
Prazo de entrega: até 2 (dois) dias.			
1.2 Desenvolvimento de soluções digitais			
Descritivo: Execução de serviços de tecnologia relacionados ao desenvolvimento de soluções digitais, envolvendo HTML/HTML5, CSS/CSS3, Javascript, programação em Python/Plone e outros CMS. Todas as estimativas de desenvolvimento de soluções digitais deverão utilizar a metodologia de contagem de pontos de função e deverão ser feitas após a entrega do Escopo Técnico de TI.	600		
Entregável: Pacote de arquivos, documentação de instalação e documentação de uso.			
Mensuração: Quantidade de pontos de função			
Formação do preço: [quantidade de pontos de função] x [valor do ponto de função]			
Prazo: conforme cada solução a ser desenvolvida			
Observação: deverá ser informado o valor do ponto de função por tipo de linguagem			
1.3 Base de dados			
Descritivo: Análise e construção da camada de persistência para o armazenamento não volátil de dados. Definição de estrutura de dados necessária para criação da base de dados e se necessário fazendo a reengenharia de dados legados.			
Entregável: Sintaxe DML, DDL, documentação de modelagem e prototipagem, quando for o caso.			
Método de classificação da complexidade: quantidade de entidades lógicas.			
1.3.1 Baixa Complexidade			

Descritivo: Análise e construção de camada de persistência para o armazenamento não volátil de dados considerando 1 (uma) a 10 (dez) entidades lógicas.	2		
Prazo de entrega: até 20 (vinte) dias.			
1.3.2 Média Complexidade			
Descritivo: Análise e construção de camada de persistência para o armazenamento não volátil de dados considerando (11) onze a 30 (trinta) entidades lógicas.	1		
Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias.			
1.3.3 Alta Complexidade			
Descritivo: Análise e construção de camada de persistência para o armazenamento não volátil de dados considerando 31 (trinta e uma) a 50 (cinquenta) entidades lógicas.	1		
Prazo de entrega: até 40 (quarenta) dias.			
1.4 Performance e segurança - Teste de Performance			
Descritivo: Indicar falhas e caminhos que possam comprometer a performance, a segurança e a disponibilidade de uma solução web. Analisar o código fonte do projeto, aferindo a quantidade e tamanho das requisições HTTP, aderência a metodologias ágeis e as boas práticas. Não consta custo de licenciamento de software, ferramenta ou contratação de consultoria do fabricante (no caso de softwares de código fechado).	30		
Entregável: Relatório com análise e sugestões para a melhoria de desempenho, segurança e disponibilidade, KPI (indicadores de desempenho) e análise de riscos.			
Formação do preço: [quantidade de pontos de função] x [valor do ponto de função]			
Prazo de entrega: até 15 (quinze) dias.			
1.5 Desenvolvimento de Interface server-side			
Descrição: Construção das funcionalidades pertencentes a uma interface client-side. Desenvolvimento de rotinas computacionais que sistematizam funções através de linguagem de programação.	70		
Entregável: 1) Pacote de arquivos contendo descritivo de funcionalidades, arquitetura tecnológica, dados técnicos e regras de negócio; 2) Manual de uso.			
Mensuração: Quantidade de pontos de função			
Formação do preço: [quantidade de pontos de função] x [valor do ponto de função]			
Prazo de entrega: até 40 (quarenta) dias.			

1.6 Criação de Webservice			
Descrição: Construção de serviço para comunicação entre sistemas e aplicações distintas. Implementação de funcionalidades específicas para transmissão de dados entre diferentes plataformas por meio de uma linguagem universal.	200		
Entregável: 1) Pacote de arquivos contendo a documentação de uso, documentação de instalação, documentação dos componentes e operações. 2) Manual de uso.			
Mensuração: Quantidade de endpoints providos pela aplicação.			
Formação do preço: [quantidade de pontos de endpoints] x [valor do ponto]			
Prazo de entrega: conforme demanda.			
1.7 Front-end Desenvolvimento de interface client side			
Descrição: Construção de páginas de acordo com um determinado leiaute. Implementar projetos visuais em linguagem de programação para entrega de projetos de comunicação digital utilizando os padrões de mercado.	900		
Entregável: 1) Pacote de arquivos contendo descritivo de funcionalidades, arquitetura tecnológica, dados técnicos e regras de negócio; 2) Manual de uso.			
Mensuração: Conforme quantidade de telas não repetidas e complexidade do point			
A complexidade será avaliada pelos seguintes itens:			
a) Aplicar acessibilidade / Fator: item obrigatório			
b) Chamadas assíncronas na página / Fator: 1, 2 ou 3			
c) Utilização de componentes (ex: Parallax) / Fator: 1, 2 ou 3			
d) Utilização de frameworks de terceiros / Fator: 1, 2 ou 3			
e) Necessita criação de plugins / Fator: 1, 2 ou 3			
Onde:			
1 - Não tem necessidade			
2 - Há pouca necessidade			
3 - Indispensável			
Calcula-se assim o fator de complexidade, pelo somatório de cada item (Fcomp)			
Formação do preço: (Quantidade de telas X [Fcomp]) / 5 * QtdBreakPoint * Valor			
Observação: descrever os itens (glossário).			
Prazo de entrega: até 40 (quarenta) dias.			

1.8 Visual Business Intelligence			
<p>Descrição: Construção de painéis interativos da camada de apresentação utilizados para tomada de decisões, a partir de ferramenta já utilizada pelo Contratante</p> <p>Execução de: Desenvolvimento de interfaces virtuais compostas por indicadores relacionados a um modelo de dados pré-existente para serem executadas em softwares de BI.</p>	4		
<p>Entregável:</p> <p>1) Pacote de arquivos contendo descritivo de funcionalidades, arquitetura tecnológica, dados técnicos e regras de negócio.</p> <p>2) Manual de uso.</p>			
Mensuração: Quantidade de telas desenvolvida a partir da listagem de telas			
Formação do preço: [quantidade de visões] x R\$ valor			
Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias.			
1.9 Suporte técnico (tecnologia)			
<p>Descritivo: Suporte para avaliação e análise de erros, inconsistências, indisponibilidade de serviços, criação de perfis nos ambientes de gestão dos sites de governo, bem como assessoramento técnico para os órgãos na utilização dos sistemas e ambientes de gestão das propriedades digitais do Governo Federal, além de demais demandas específicas de tecnologia que necessitem de qualificação técnica específica em desenvolvimento / programação.</p> <p>Este tipo de produto está relacionado a ações pontuais. Não se aplica durante a fase de planejamento, desenvolvimento, instalação e pleno funcionamento de uma nova solução.</p>	6		
Entregável: Documento com resultado e encaminhamentos de avaliações, análises ou das ações realizadas durante o atendimento.			
Prazo de entrega: Até 3 (três) dias por demanda.			
1.10 Release para atualização de propriedade digital			
<p>Descrição: Release é o lançamento ou liberação de uma nova versão de determinado produto. Em propriedades digitais ou sites, faz-se necessária a avaliação/análise dos impactos da nova versão para verificação/indicação de eventuais alterações necessárias para incorporação.</p>	4		
<p>Entregável:</p> <p>1) Documento com as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome e versão do pacote de release avaliado; - Endereço do repositório de releases e de versionamento; - Indicação do site fim ou propriedade digital; - Cronograma de entregas e execução; - Definição das alterações a serem realizadas para adequação da release ao site/propriedade digital (se for o caso). - Definição de controle de qualidade a ser realizado. <p>2) Pacote com atualizações.</p>			
Mensuração: Quantidade de pontos de função.			

Formação do preço: [quantidade de pontos de função] x [valor do ponto de função].			
Prazo de entrega: conforme demanda.			
1.11 Diagnóstico de TI			
<p>Descritivo: Execução das seguintes atividades:</p> <p>a) Avaliação da infraestrutura de TI disponível;</p> <p>b) Avaliação das tecnologias em uso ou disponíveis;</p> <p>c) Indicação dos caminhos tecnológicos para viabilização do projeto.</p>	8		
<p>Entregável:</p> <p>a) Relatório texto detalhado contendo as informações de TI levantadas no diagnóstico; metodologia aplicada para o diagnóstico; identificação e dimensionamento dos recursos; direcionadores estratégicos; inventário de necessidades e Plano de ação.</p> <p>b) Arquivo de apresentação gráfica contendo resumo das informações de TI levantadas no diagnóstico.</p>			
Prazo de entrega: até 20 (vinte) dias.			
1.12 Escopo Técnico de TI			
<p>Descritivo: Realização de detalhamento da infraestrutura de tecnologia da informação necessária para o funcionamento de ambiente digital. A atividade poderá, de acordo com a solicitação do contratante, compreender os seguintes tópicos:</p> <p>a) Estudo de viabilidade e lista de requisitos técnicos relacionados ao uso da aplicação em termos de desempenho, usabilidade, confiabilidade, segurança, disponibilidade, tecnologia e infraestrutura;</p> <p>b) Definição do ambiente de infraestrutura, indicação do escopo dos testes de carga (teste de estresse) e vulnerabilidade;</p> <p>c) Elaboração de catálogo de funcionalidades customizadas e nativas da ferramenta adotada;</p> <p>d) Elaboração de catálogo de módulos que serão desenvolvidos e indicação dos que serão customizados;</p> <p>e) Análise do parque tecnológico, linguagens, software e hardware necessários para a execução do projeto;</p> <p>f) Elaboração de diagrama representando a arquitetura de sistema e descrição de funcionamento;</p> <p>g) Elaboração de planejamento do script técnico para migração de conteúdo;</p> <p>h) Definição de requisitos funcionais, não funcionais e casos de uso dos módulos que serão customizados e/ou desenvolvidos;</p> <p>i) Indicação de novos módulos na arquitetura da informação, definição de requisitos funcionais e não funcionais.</p>	4		
<p>Entregáveis:</p> <p>a) Arquivo texto detalhado contendo os estudos, definições, relatórios, catálogos, planejamento do script técnico, avaliação da documentação do planejamento tático, indicação de novos módulos e documentação das análises realizadas; metodologia aplicada para o diagnóstico; identificação e dimensionamento dos recursos; direcionadores estratégicos; inventário de necessidades e Plano de ação.</p> <p>b) Arquivo texto contendo o planejamento de desenvolvimento de</p>			

ambiente digital, com cronograma; c) Arquivo de planilha eletrônica contendo o detalhamento do orçamento em Pontos de Função.			
Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias.			
1.13. Implementação de unidade de atendimento virtual (chatbot)			
<p>Descritivo: implementação de unidade de atendimento virtual com aprimoramento e evolução de fluxo de conteúdo para o perfil de rede social, incluindo as seguintes funcionalidades e características:</p> <p>a) Conversas automáticas simples "small talk" (cumprimentos, perguntas do dia a dia etc.);</p> <p>b) Resolução de dúvidas simples de SAC + FAQ sobre o tema proposto;</p> <p>c) Árvores de leads - fluxos de conversa, incluindo botões, com um objetivo de informar sobre o tema. Execução das seguintes atividades:</p> <p>a) Definição de objetivos, lista de funcionalidades, prioridades, cronograma detalhado e lista de requisitos;</p> <p>b) Estrutura de testes para realização da homologação;</p> <p>c) Fanpage definitiva com os fluxos finais do chatbot.</p>	3		
<p>Entregável:</p> <p>a) Documento com estrutura macro do fluxo (mapa mental) e script das conversas. b) Prints de fanpage de testes com os fluxos do chatbot implantado para validação. c) Unidade de atendimento virtual em funcionamento e o código fonte aplicado.</p>			
Exemplo: https://www.facebook.com/amigo.anonimo.70/			
Prazo para entrega: até 30 (trinta) dias.			
1.14. Manutenção de unidade de atendimento virtual (chatbot)			
<p>Descritivo: Acompanhamento da unidade de atendimento virtual com o objetivo de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. dar Suporte 24/7; 2. identificar e corrigir erros de conteúdo e inconsistências de linguagem em tempo real; 3. tratar situações imprevistas com mensagens amigáveis para os usuários (quando inevitável); 4. emitir alertas para correção da estrutura de conteúdo; 5. dar manutenção básica necessária para manter a aplicação estável; 6. implantar sistema de tracking de cada interação dentro do bot; 7. alterar/incluir conteúdo por requerimento, feedback, análise por amostragem, estudo de UX, tendências mercadológicas (insumos para a evolução da aplicação e subsídio aos scripts de interação com o usuário), variações tecnológicas e testes A/B; 8. acompanhar e treinar do bot com relação a falas simples não compreendidas, falas e intenções mais comuns (para deixá-lo "instantâneo"), melhorias percebidas; 	12		

9. implementar melhorias, upgrades e novas funcionalidades básicas realizadas na plataforma social.			
Entregável: a) Documento com estrutura macro do fluxo (mapa mental) e script das conversas com atualizações indicadas b) Relatório com descrição das atividades realizadas.			
Prazo de entrega: em até 24 (vinte e quatro) horas ou conforme demanda do contratante.			
13.15 Criação de Persona Virtual			
Descritivo: Desenvolvimento de estudo e metodologia para a criação de personas e personagens virtuais para redes sociais, portais, aplicativos, canais proprietários, políticas públicas, considerando planejamento e criação, inclusive com confecção de manuais.	6		
Entregáveis: a) Arquivo de apresentação gráfica contendo os insumos utilizados para o planejamento e a metodologia empregada, características sociodemográficas, comportamentais e psicográficas da persona; estratégia de lançamento. b) Manual em formato texto com a estratégia para o uso da persona contendo linha visual; roteiros; recomendação de canais; proposta de conteúdos e roteiros.			
Prazo de entrega: 30 (trinta) dias.			
13.16 Inteligência Artificial			
Descritivo: Desenvolvimento de estudos de identidade, personagem e linguagem para uso de inteligência artificial nos ambientes internos e externos.	6		
Entregável: Arquivo de apresentação gráfica contendo os insumos utilizados para o planejamento e a metodologia empregada; recomendação de tecnologias que deverão ser aplicadas para a seleção e modelagem de dados; diretrizes de linguagem para os personagens e proposição de roteiros.			
Prazo de entrega: 60 (sessenta) dias.			
Total Item 2 - Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital			(*)

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020

PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM FAMILIAR

Eu,, portador da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, declaro para todos os fins de direito que, nos termos do subitem 4.3 do edital do Pregão, na forma eletrônica, nº 001/2020, não há administrador ou sócio da empresa com poder de direção familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

Declaro ainda que os sócios ou dirigentes desta empresa não mantém vínculo familiar com servidor do órgão contratante que tenha poder de influência sobre a condução da licitação.

Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), ____ de _____ de 2020.

Representante legal da licitante – ID – CPF

ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020

PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº..... DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2020
PROCESSO N.º 00170.003838/2019-11

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO
DIGITAL, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA ESPECIAL DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES E A EMPRESA**

meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
- 2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O preço total da contratação é de R\$..... (.....)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO TOTAL
1	Monitoramento	1	
2	Desenvolvimento de Soluções de Comunicação Digital	1	

3.2 No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O preço acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme previsto no Termo de Referência.

5.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4 O setor competente para proceder a liquidação e o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1 o prazo de validade;

5.4.2 a data da emissão;

5.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4 o período de prestação dos serviços;

5.4.5 o valor a pagar; e

5.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5 Para além das informações constantes do subitem 5.4, a Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em nome e CNPJ da CONTRATANTE, da qual constará o número do contrato, a descrição dos serviços executados, o número da ordem de serviço e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do banco, número da agência e da respectiva conta.

5.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.7 O Gestor do Contrato só atestará a execução dos serviços mediante cumprimento de todas as condições pactuadas.

5.8 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.8.1 não produziu os resultados acordados;

5.8.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.8.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.9 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária só serão efetivados se a CONTRATADA efetuar cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

5.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.11 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.15 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.16.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

5.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.19.1 A compensação financeira será incluída na nota fiscal seguinte à da ocorrência.

5.20 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio formal, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

5.21 Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os preços, portanto, são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da data da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993:

- Caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- Seguro-Garantia;
- Fiança Bancária.

7.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666, de 1993.

7.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2 Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

7.5 Se a opção for pelo seguro-garantia, a CONTRATADA deverá observar:

7.5.1 A apólice deverá indicar a CONTRATANTE como beneficiária e deve ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela autarquia;

7.5.2 O prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, conforme dispõe o subitem 7.3, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro à instituição emitente, observados os prazos prescricionais pertinentes;

7.5.3 A apólice deve prever expressamente responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter indenizatório e/ou sancionatório aplicadas à CONTRATADA.

7.6 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem anterior e nos subitens 7.5, observada a legislação que rege a matéria. Portanto, não serão aceitas apólices cujas cláusulas contrariem o interesse da CONTRATANTE.

7.7 A CONTRATANTE realizará a análise da apólice apresentada e poderá solicitar esclarecimentos ou alterações à CONTRATANTE, caso observe desconformidade com seus interesses.

7.8 Se a opção for pela fiança bancária, o instrumento de fiança deve, ainda:

7.8.1 Ser emitido por instituição financeira que esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção da autarquia;

7.8.2 Ter prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias, conforme dispõe o subitem 7.4, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes;

7.8.3 Ter afirmação expressa do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CONTRATANTE, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

7.8.4 Ter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.

7.9 Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872, de 1986, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.10 Se a opção for pelo título da dívida pública, este, deverá ainda:

7.10.1 Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

7.10.2 Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

7.11 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da CONTRATANTE.

7.12 Sem prejuízo das sanções previstas em Lei e nos termos do Termo de Referência, a não prestação da garantia exigida implicará nas penalidades cabíveis, conforme dispõe os subitens 7.2.1 e 7.2.2.

7.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.14 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.14.1 Aceita pela CONTRATANTE, a substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

7.15 A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.16 Será considerada extinta a garantia:

7.16.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.16.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES-MP nº 05/2017.

7.17 Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir.

7.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.19 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a CONTRATANTE, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 7.2 dessa cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e os materiais que serão empregados, são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por servidores da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, bem como em outros documentos vinculadores da execução contratual.

8.5 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.6 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.7 O representante da Contratante promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.8 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e serão exercidas por servidores especialmente designados a ocupar os encargos de Gestor e Fiscal, titular e substituto.

8.9.1 O exercício das atribuições a serem desenvolvidas pelos Gestores e Fiscais, ficará assegurada a distinção das atividades e o volume de trabalho, de modo a não comprometer o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão e Fiscalização do Contrato.

8.10 A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV do Termo de Referência), redimensionando o pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades demandadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e demais recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.10.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.11 Durante a execução do objeto, a fiscalização do contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para a manutenção da qualidade esperada, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.12 Os Gestores e Fiscais do Contrato apresentarão ao Preposto da CONTRATADA a avaliação da qualidade de execução dos serviços, bem como, a avaliação de desempenho do desenvolvimento do contratual.

8.13 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.14 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo Fiscal e Gestor do contrato, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA.

8.15 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar, de forma recorrente, os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.16 A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação de desempenho da CONTRATADA periodicamente. O período escolhido para a avaliação deve ser suficiente para aferir o desempenho e qualidade do desenvolvimento contratual.

8.17 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas estabelecidas nos Itens 6 e 7 do Termo de Referência e rotinas estabelecidas em sistema de execução próprio da CONTRATANTE. Ajustes e/ou adequações que visem melhorar a eficácia dos serviços poderão ser acordados entre as partes e deverá ser documentado para fins de comprovação.

8.18 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente a esta contratação.

8.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego inadequado de recursos ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, conforme estabelecido no art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 Obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados, de forma preventiva, rotineira e sistemática, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3 Notificar à Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN SEGES/MP 5/2017.

9.1.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente ao Preposto ou responsáveis por ela indicados, exceto quando a execução do produto e/ou serviço assim exigir;

9.1.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.6.3 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão.

9.1.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.8 Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.1.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.1.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.12 Comunicar à CONTRATADA as orientações acerca dos produtos e serviços.

9.1.13 Solicitar relação de nominal de funcionários da CONTRATADA, caso haja necessidade de prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE.

9.1.14 Aplicar o Instrumento de Medição de Resultado - IMR (Anexo IV do Termo de Referência), de modo a aferir a qualidade dos serviços executados e redimensionar o valor a ser pago à CONTRATADA nos casos de prestação de serviços com qualidade inferior a demandada.

9.1.15 Exigir da CONTRATADA, no que couber, a transição gradual de conhecimento, durante a execução contratual, ao corpo técnico da CONTRATANTE contemplando transferência, tecnologia utilizadas e técnicas empregadas na execução dos produtos e serviços, bem como a transferência total, nos termos acordados entre as partes, conforme disposto no Item 11 do Termo de Referência

9.2 Obrigações da CONTRATADA:

9.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de recursos empregados de forma indevida ou equivocada;

9.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE;

9.2.4 Utilizar equipe técnica adequada, habilitada e com conhecimento necessário à plena execução dos produtos e/ou serviços a serem, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.2.5 Vedar a utilização, na execução dos produtos e/ou serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.2.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar à Contratante, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9.2.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.2.8 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, toda e qualquer ocorrência anormal ou irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9.2.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

9.2.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou em desconformidade com o demandado.

9.2.11 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.2.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações técnicas ou ao modelo de execução demandados

9.2.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.2.15 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

9.2.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e comprometer-se a não veicular publicidade acerca das atividades objeto do contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.

9.2.17 Manter, por si e por seu Preposto, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, irrestrito e total sigilo sobre:

9.2.17.1 Os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em decorrência da execução do contrato;

9.2.17.2 Os produtos gerados no decorrer dos trabalhos, as informações, os dados, os documentos e outros elementos utilizados na execução do contrato, vedado o seu uso ou divulgação a terceiros, ainda que parcial, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

9.2.18 Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo definido no Anexo VIII do Termo de Referência, se comprometendo, por si, seu preposto e funcionários, a não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

9.2.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, , devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.21 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

9.2.22 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, e exercer o controle de qualidade na execução dos produtos e serviços prestados, observando as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.23 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no art. 111 da Lei nº 8.666, de 1993, c/c o art. 4º da Lei nº 9.609, de 1998, bem como com o previsto no subitem 6.1, alíneas 'a' e 'b', do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5, de 2017:

9.2.23.1 A titularidade dos direitos relativos aos programas desenvolvidos, incluindo o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação.

9.2.23.2 Os direitos relativos ao programa de computador, desenvolvido e elaborado durante a vigência de contrato, expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento ou

ainda outros que decorram da própria natureza dos encargos concernentes ao vínculo estabelecido.

9.2.23.3 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.23.4 Os direitos autorais das soluções, dos projetos desenvolvidos, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.24 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo, inclusive, contemplar a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços. A transição contratual contempla a elaboração do Plano de Transição, descrito a partir do subitem 11.9 do Termo de Referência.

9.2.25 Efetuar as providências necessárias, de imediato, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais produtos e serviços, mediante comunicação da CONTRATANTE, respeitadas suas obrigações pelos produtos e serviços prestados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria CONTRATADA ou por seu preposto.

9.2.26 Fornecer relação nominal de seus funcionários, caso haja necessidade de prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE.

9.2.27 Zelar para não incorrer em prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, conforme definidos no art. 5º, da Lei Federal 12.846/2013.

9.2.28 Não tolerar ou compactuar com qualquer comportamento considerado corrupto, como o pagamento e/ou a cooperação com qualquer forma de suborno, a emissão ou aceitação de notas e faturas falsas, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

10.1.5 cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.2.1 Advertência, que poderá ser aplicada nos seguintes casos;

10.2.1.1 Descumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à CONTRATANTE; e

10.2.1.2 Outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.2.2 Multa, que poderá ser aplicada nos seguintes casos e percentuais de:

10.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução e entrega do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2 7% (sete por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução e entrega do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela não manutenção da equipe de perfis profissionais técnicos exigida no Item 8 do Termo de Referência.

10.2.2.5 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado pela:

a) não indicação, dentro do estabelecido no subitem 7.4 do Termo de Referência, de preposto para acompanhamento da execução contratual;

b) recusa em realizar transição gradual de conhecimento ao corpo técnico da CONTRATANTE, ou realizá-la em desconformidade com o exigido, na execução de determinado produto ou serviço, contemplando a transferência de tecnologia utilizadas e técnicas empregadas e/ou constantes do item 11 do Termo de Referência.

10.2.2.6 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia - seja para reforço ou por ocasião de prorrogação -, observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato; e

10.2.2.7 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor autorizado para a execução de produtos e/ou serviços, a ser descontado sobre o valor da Nota Fiscal, caso a CONTRATADA incorra em qualquer uma das infrações abaixo descritas:

MULTAS POR INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	% A SER DESCONTADO
1	Realizar qualquer procedimento diferente das definições descritas no Item 6 - Modelo de Execução do Objeto', sem autorização prévia da CONTRATANTE.	3%
2	Sem justificativa, o preposto não for localizado pela CONTRATANTE para prestar informações sobre a execução dos serviços não retornar o contato em até 1 (um) dia útil.	2%
3	Deixar de cumprir as orientações e solicitações técnicas da CONTRATANTE, com relação ao serviço demandado, e/ou as	5%

	definições, especificações e orientações para a execução dos serviços constantes das Ordens de Serviço.	
4	Deixar de informar à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais que adentrarão as dependências da CONTRATANTE para a execução dos serviços e/ou substituição de funcionário envolvido, no decorrer da execução de determinado produto ou serviço.	1%
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, no decorrer da execução de determinado produto ou serviço, após reincidência formalmente notificada pela CONTRATADA.	4%

10.2.2.8 A CONTRATANTE poderá solicitar que o serviço seja refeito de forma adequada e em prazo estipulado, sem incidência de quaisquer ônus.

10.2.2.9 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.2.10 A aplicação das multas de que trata o subitem 19.6.2.9 do Termo de Referência, não se confundem com o redimensionamento nos valores das Notas Fiscais ocasionados em decorrência da aplicação do IMR.

19.6.2.11 O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

19.6.2.12 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

10.2.3.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração é aplicável também se a CONTRATADA, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução do contrato a ser firmado, nos seguintes prazos e situações:

I - Por até 6 (seis) meses:

- b) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros graves à CONTRATANTE.

II - Por até 2 (dois) anos:

- c) Cometimento de quaisquer irregularidades que acarretem prejuízos graves à CONTRATANTE, ensejando a rescisão do contrato por culpa ou dolo da CONTRATADA;
- d) Reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

10.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

10.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 10.1 deste Contrato.

10.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3 As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7 A **CONTRATADA** estará sujeita às sanções estabelecidas no art. 6º da Lei nº 12.846/2013, sem prejuízo das demais cominações legais, pela prática de atos lesivos à Administração, assim definidos:

a) fraudar o contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o contrato;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou no contrato;

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e

e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituem prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/2015.

10.8 Independentemente das sanções previstas neste Item, a licitante não poderá compactuar com as seguintes práticas:

a) Corrupção: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação;

b) Fraude: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação;

c) Conluio: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes da licitante, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) Coerção: causar ameaçar ou dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação no procedimento licitatório; e

e) Obstrução: causar os atos de que tratam as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' e atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 Com base nas infrações cometidas na execução contratual, a CONTRATANTE se valerá da conduta da CONTRATADA para subsidiar a avaliação de desempenho e a prorrogação contratual, podendo, a seu critério, constituir fato motivador para casos de rescisão contratual.

10.14 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1 É vedado à CONTRATADA:

12.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2020

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA